

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS**

Raquel Basso Hübner

**ALÉM DO LUCRO: CONSIDERAÇÕES SOBRE O
INCREMENTO DAS APLICAÇÕES NO FUNDO BB
AÇÕES ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE
EMPRESARIAL**

**Porto Alegre (RS)
2007**

Raquel Basso Hübner

**ALÉM DO LUCRO: CONSIDERAÇÕES SOBRE O
INCREMENTO DAS APLICAÇÕES NO FUNDO BB
AÇÕES ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE
EMPRESARIAL**

**Trabalho de Conclusão de Curso de
Especialização apresentado ao
Programa de Pós-Graduação em
Administração da Universidade Federal
do Rio Grande do Sul, como requisito
parcial para a obtenção do título de
Especialista em Administração.**

Orientador: Prof. Oscar Claudino Galli

**Porto Alegre (RS)
2007**

FOLHA DE APROVAÇÃO**ALÉM DO LUCRO: CONSIDERAÇÕES SOBRE O INCREMENTO DAS
APLICAÇÕES NO FUNDO BB AÇÕES ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE
EMPRESARIAL**

Conceito Final:

Aprovada em de..... de 2007.

BANCA EXAMINADORA

Prof. - UFRGS

Prof. - UFRGS

Orientador - Prof. Ms. Oscar Claudino Galli - UFRGS

AGRADECIMENTOS

Meu agradecimento à minha família, em especial ao meu querido e bem-humorado Fernando, e aos meus dois milagres: a meiga Cristina, que está com 3 anos e 10 meses e o pequeno e carinhoso Walter, com 1 ano e 5 meses; foram eles que, muitas vezes, deixaram de compartilhar da minha presença para que este trabalho pudesse existir.

Meu reconhecimento à empresa Banco do Brasil S.A., que proporcionou a uma funcionária do interior de Santa Catarina a oportunidade ímpar de participar de um curso de especialização da UFRGS.

“No princípio, decidiu-se que seria arredondada. Depois, decidiu-se que teria terra firme e céu azul, com nuvens brancas durante o dia. Também decidiu-se que teria água e que ela estaria nos mares e rios. Decidiu-se que teria o ar e, com ele, os ventos. Decidiu-se que os peixes ficariam na água e as aves, no céu. Decidiu-se que teria pessoas e que nós dependeríamos de tudo isso para viver. Bom: então decidiu-se que, a partir daí, as decisões seriam tomadas por nós”.

(Revista bb.com.você, Especial Sustentabilidade 2007)

RESUMO

Os fundos de investimento considerados éticos ou socialmente corretos objetivam, além da busca por uma boa rentabilidade para os aplicadores de recursos financeiros, a possibilidade para o investidor contribuir, sem ônus adicional, com causas sócio-ambientais. A adesão a fundos éticos e sociais é crescente em todo o mundo e é uma tendência no Brasil, que é um país emergente. O Banco do Brasil, inserido num mercado globalizado, lançou, em dezembro de 2005, o fundo de renda variável BB Ações Índice de Sustentabilidade Empresarial, que possui em sua composição empresas socialmente responsáveis, que fazem parte do Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bolsa de Valores de São Paulo – Bovespa. Este trabalho procurou revelar a adesão por parte dos clientes da instituição Banco do Brasil ao fundo BB Ações Índice de Sustentabilidade Empresarial, através da análise do incremento das aplicações no fundo no estado de Santa Catarina, desde o seu lançamento até o final de abril de 2007, e também procurou conhecer o perfil dos aplicadores do fundo de investimento. A pesquisa aos aplicadores do fundo revelou aspectos sobre como os investidores conheceram o fundo, qual a visão dos aplicadores sobre considerarem-se consumidores sócio-ambientalmente corretos, qual o conhecimento sobre o cunho social do fundo por parte dos aplicadores quando da adesão ao produto de investimento e, também qual é a possibilidade dos investidores de abrir mão de parte de seus ganhos financeiros para a aplicação de seus recursos num fundo de investimento socialmente responsável.

Palavras-chave: Responsabilidade Sócio-Ambiental; Investimentos Financeiros; Fundos de Investimento; Índice de Sustentabilidade Empresarial.

ABSTRACT

Investment funds considered ethical or socially correct have as their objective, beyond the search for a good yield for the applicators of financial resources, the investing possibility to contribute, without additional responsibility, with partner-environmental causes. The adhesion to the ethical and the funds are increasing in the whole world and are a trend in Brazil, that is an emergent country. The Bank of Brazil, inserted in a global market, launched, in December of 2005, the changeable income BB Action Index of Enterprise Sustainability, that possesses in its composition socially responsible companies, who are part of the Index of Enterprise Sustainability of the São Paulo Stock Exchange - Bovespa. This work looked for to disclose the adhesion on the part of the customers of the institution Bank of Brazil to the investment fund BB Action Index of Enterprise Sustainability, through the analysis of the increment of the applications in the fund in the state of Santa Catarina, since its launching until the end of April of 2007, and also it looked for to know the profile of the applicators of the investment fund. The research to the applicators of the fund disclosed aspects on as the investors had knowledge about the fund, which the vision of the applicators on considering themselves consuming socioambientally correct, which were the knowledge of the social matrix of the fund on the part of the applicators when of the adhesion to the investment product and, also, which is the possibility of the investors to open hand of part of its financial profits for the application of its resources in a socially responsible investment fund.

Key-words: Socioambiental Responsibility; Financial Investments; Investment Funds; Index of Enterprise Sustainability.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mercado de Capitais	26
---	-----------

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Conhecimento do BB ISE	40
Gráfico 2 – Auto-consideração sobre ser consumidor sócio-responsável	41
Gráfico 3 – Conhecimento sobre o BB ISE ter cunho sócio-ambiental	42
Gráfico 4 – Predisposição a abrir mão de parte do ganho financeiro..	43
Gráfico 5 - Variação percentual dos valores aplicados no BB Ações Índice de Sustentabilidade Empresarial em relação à média	44
Gráfico 6 - Variação percentual mensal dos valores aplicados no BB Ações Índice de Sustentabilidade Empresarial em relação ao mês anterior	45

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Informações sobre o BB Ações Índice Sustentabilidade Empresarial	28
Tabela 2 - Carteira Teórica do ISE válida para 13/08/2007	30

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	10
1.1	Contextualização do Problema	10
1.2	Problema de Pesquisa	13
1.3	Objetivo Principal	13
1.4	Objetivos específicos	14
1.5	Justificativa	14
2.	PARTE TEÓRICA	16
2.1	Os fundos socialmente responsáveis na economia moderna ..	16
2.2	As empresas e a responsabilidade sócio-ambiental	19
2.3	Os consumidores sociais	23
2.4	Fundos de investimento no Brasil	25
2.5	O fundo de investimento BB Ações Índice de Sustentabilidade Empresarial	27
2.6	O Índice de Sustentabilidade Empresarial	29
2.7	O Banco do Brasil e a responsabilidade sócio-ambiental	33
3.	METODOLOGIA	36
3.1	Método de Pesquisa	36
3.2	População	37
3.3	Amostra	37
4.	ANÁLISE DOS DADOS – Resultados empíricos	40
4.1	Analisando os resultados	40
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	47
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	50
	ANEXOS	53
	Anexo A – Fundos de Investimento do Banco do Brasil	54
	Anexo B – Composição do Fundo BB Ações Índice de Sustentabilidade Empresarial	57
	Anexo C – Prospecto do Fundo BB Ações Índice de Sustentabilidade Empresarial.....	59
	Anexo D – Regulamento do Fundo BB Ações Índice de	

Sustentabilidade Empresarial	66
Anexo E – Questionário	73

1. INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização do Problema

Como forma de aumentar a captação, ampliar a base de clientes e fidelizar os que já se relacionam com a empresa, além de fortalecer a marca e a imagem da empresa perante a sociedade, as instituições financeiras vêm oferecendo alternativas de produtos para os diversos perfis e nichos de público, com o intuito de satisfazer ou de criar demandas para o público consumidor.

Com esse intuito, surgiram no Brasil os fundos de investimentos denominados éticos ou socialmente corretos, que objetivam, além da busca por uma boa rentabilidade, a possibilidade para o investidor contribuir, sem ônus adicional, com causas sócio-ambientais.

Salienta-se que antes de tornarem-se disponíveis para o público brasileiro, instituições financeiras dos Estados Unidos e Europa já disponibilizavam investimentos com responsabilidade social, tanto conservadoras como arriscadas. Como o brasileiro tende a ser conservador em seus investimentos, a maioria dos fundos socialmente responsáveis pertence à categoria renda fixa DI, que oferece baixo risco. No entanto, com a criação do Índice de Sustentabilidade Empresarial, índice de ações da Bolsa de Valores de São Paulo que possui em sua composição ações de empresas comprometidas com causas sociais e ambientais, além de governança corporativa, os investidores dos fundos atrelados ao índice da Bovespa assumem o lucro ou o prejuízo decorrente da oscilação das ações das empresas que o compõe.

Os aplicadores, avessos ao risco, geralmente precavêem-se para não perder dinheiro ao investir, já que todo tipo de investimento, social ou não, deve possuir a premissa de gerar retorno financeiro para o usuário. Por conseguinte, pretende-se descobrir se os clientes aplicariam seus recursos no BB Ações Índice de Sustentabilidade Empresarial, um fundo de ações do Banco do Brasil atrelado a um índice socialmente ético que, por ser um fundo de renda variável, pode ou não apresentar menores ganhos financeiros para o cliente, porém é

um fundo que possui um cunho social, já que sua carteira é composta por ações de companhias reconhecidas como socialmente responsáveis.

Salienta-se que há poucos estudos anteriores que buscaram selecionar o perfil de investidores sociais. A pesquisa teórica revelou poucos estudos específicos nesta área, sendo necessária a pesquisa bibliográfica na área de responsabilidade sócio-ambiental, sustentabilidade e investimentos financeiros para se obter um bom embasamento bibliográfico para o trabalho.

Os estudos mais relevantes para a construção deste trabalho deram-se através da pesquisa sobre responsabilidade sócio-ambiental e sustentabilidade nas empresas. Destacaram-se os estudos de Savitz (2007), Ashley (2005) e Parente (2000), que permitiram um conhecimento abrangente e aprofundado sobre os aspectos sociais e ambientais que norteiam a sociedade econômica atual.

No entanto, as bibliografias citadas apontam a preocupação crescente com aspectos sócio-ambientais e citam fundos de investimentos socialmente responsáveis, mas ainda não oferecem estudos sobre o perfil dos aplicadores dos fundos. Principalmente no Brasil, encontrou-se artigos a respeito de investidores sociais, sobre a tendência de se priorizar investimentos em empresas sustentáveis e preocupadas com o planeta, porém não verificou-se nenhum estudo que mostrasse a percepção dos aplicadores em fundos de investimentos sociais sobre a possibilidade de continuarem aplicando nestes fundos, mesmo perdendo em rentabilidade para outros investimentos.

Este trabalho, ao selecionar uma amostra do universo de aplicadores do fundo BB Ações Índice de Sustentabilidade Empresarial do Estado de Santa Catarina, não deve ser generalizado, já que possui limitações na seleção e delimitação dos entrevistados. Salienta-se que o fundo BB Ações de Sustentabilidade Empresarial foi lançado em dezembro de 2005, portanto, a série histórica analisada correspondeu a um curto espaço de tempo, o que limita a análise dos dados coletados.

Os objetivos deste trabalho tiveram o intuito de perceber se os investidores do fundo BB Ações Índice de Sustentabilidade Empresarial estariam dispostos a abrir mão de parte de seus ganhos financeiros ao aplicarem num fundo comprometido com causas sócio-ambientais. Para isso, procurou-se saber como os clientes conheceram o fundo, qual o perfil dos

cientes quanto ao comprometimento com as questões sócio-ambientais, qual o conhecimento do fundo quanto ao seu papel social quando da adesão e qual a possibilidade dos investidores abrirem mão de parte dos ganhos financeiros para beneficiarem causas sócio-ambientais.

O trabalho analisará a evolução das aplicações do fundo de investimento do Banco do Brasil. O fundo é composto por ações de empresas socialmente responsáveis que integram a carteira teórica do Índice de Sustentabilidade Empresarial – ISE, da Bolsa de Valores de São Paulo.

Inicialmente, foi selecionada uma amostra representativa do universo de aplicadores do Banco do Brasil no Estado de Santa Catarina. No passo seguinte, tratou-se da estratégia para a escolha das pessoas que fariam parte da amostra e que resultou num processo aleatório. Na seqüência, desenvolveu-se um questionário para o levantamento das informações.

Os itens do questionário visavam associar a decisão do investidor a variáveis como rentabilidade e comportamento socialmente correto. Sob esse prisma, procurou-se traçar o perfil do investidor no Fundo BB Ações Índice de Sustentabilidade Empresarial em Santa Catarina. Explorou-se ainda outros fatores relacionados às questões de pesquisa e aos itens do levantamento, tais como: como os investidores tomaram conhecimento do fundo, se sabiam que o fundo tinha cunho social e se se consideravam pessoas comprometidas com as causas sócio-ambientais.

Este trabalho divide-se em quatro partes. Na primeira, apresenta-se a revisão bibliográfica abrangendo conceitos atuais de responsabilidade sócio-ambiental e fundos de investimento sociais; na segunda parte expõe-se a metodologia aplicada para obtenção das respostas ao problema de pesquisa; na terceira parte, apresentam-se os resultados da pesquisa documental sobre o incremento das aplicações no fundo de ações BB Ações Índice de Sustentabilidade Empresarial, bem como os resultados sobre a entrevista estruturada aplicada aos investidores da Superintendência de Varejo de Santa Catarina; por último, apresentam-se as considerações finais acerca dos objetivos propostos.

A importância deste estudo, sob o ponto de vista dos bancos, se dá no sentido de conhecer melhor seus clientes, através do mapeamento do perfil dos aplicadores do fundo BB Índice de Sustentabilidade Empresarial quanto ao

comprometimento com questões sócio-ambientais, a fim de que seja possível a percepção ou não de um nicho de mercado de investidores éticos e sociais.

Empresas socialmente responsáveis possuem uma grande tendência a serem mais lembradas pelos consumidores que se importam com o meio ambiente e com o social, e investidores de um "fundo social" podem não estar preocupados tão somente com a rentabilidade do fundo, mas também com a contribuição indireta que podem prestar à sociedade e meio ambiente através da aplicação em fundos de investimentos ou em ações de empresas socialmente responsáveis.

Sob o ponto de vista do investidor, este trabalho é importante já que a contribuição indireta às ações que representam bons projetos para o futuro do planeta pode se dar através da adesão consciente de um produto de investimento financeiro, um fundo de ações de renda variável, que possui em sua composição ações de empresas engajadas com a sociedade e com o meio ambiente, preocupadas e atuantes em contribuir para a sustentabilidade.

1.2 Problema de Pesquisa

Os aplicadores do fundo de investimento do Banco do Brasil BB Ações Índice de Sustentabilidade Empresarial do Estado de Santa Catarina estão conscientes de sua participação social ao aplicarem recursos num fundo que possui em sua composição empresas socialmente responsáveis?

Há disposição dos investidores do Banco do Brasil do Estado de Santa Catarina de abrir mão de parte de seu ganho financeiro ao aplicar num fundo de ações socialmente responsável?

1.3 Objetivo Principal

Visando responder a questão levantada, o objetivo geral deste trabalho é esclarecer aspectos sobre o incremento das aplicações no BB Ações Índice de

Sustentabilidade Empresarial dos clientes da Superintendência de Varejo de Santa Catarina do Banco do Brasil, verificando se esses clientes estariam dispostos ou não a abrir mão de uma parcela de seu ganho financeiro ao aplicarem recursos num fundo socialmente ético.

1.4 Objetivos específicos

Para tal, propõem-se os seguintes objetivos específicos:

- Mapear o perfil dos aplicadores do fundo de investimento do Banco do Brasil BB Ações Índice de Sustentabilidade Empresarial de Santa Catarina quanto à sua preocupação social e ambiental.
- Identificar como os clientes tomaram conhecimento do fundo de investimento BB Ações Índice Sustentabilidade Empresarial.
- Relacionar o atual conceito de responsabilidade sócio-ambiental com a adesão ao fundo de investimento BB Ações Índice Sustentabilidade Empresarial.

1.5 Justificativa

Um estudo sobre o desempenho de um fundo de investimento com características sócio-ambientais é importante por diversas razões. Primeiro, entender as relações entre o desempenho do fundo e o comportamento do investidor pode ajudar na revelação dos fatores que estão implícitos nas decisões. Estas, por sua vez, auxiliariam os membros da instituição financeira a melhor avaliar as estratégias de produtos de investimento e encorajá-los a novos lançamentos. Segundo, essas iniciativas se incorporariam na visão da sustentabilidade dos negócios no setor financeiro, tanto na implantação de políticas como no desenvolvimento de produtos sócio-ambientais. Terceiro, os investidores teriam a oferta de produtos e serviços financeiros com foco em sustentabilidade ampliada. Quarto, o reconhecimento da relevância da gestão

dos riscos sócio-ambientais, pelas instituições financeiras, em seus processos de análise e aprovação de crédito, teoricamente, tenderiam ao alinhamento com as políticas públicas. Quinto, a responsabilidade social deixou de ser uma opção para as empresas e tornou-se uma questão de estratégia, de visão e, por que não dizer, de sobrevivência.

Sob a ótica do agente financeiro, a captação de recursos é primordial para que a empresa se mantenha saudável no mercado. O Banco do Brasil, como empresa que possui uma vasta gama de produtos no mercado financeiro, deve conhecer se o seu público-alvo investidor de recursos têm aderência ao produto BB Ações Índice de Sustentabilidade Empresarial, bem como se seus clientes estão cientes de seu papel social ao optarem por esse tipo de aplicação financeira.

Como o estudo foi desenvolvido no Banco do Brasil, podemos constatar que esta é uma empresa comprovadamente preocupada e engajada para os assuntos relativos às questões sócio-ambientais. Destaca-se pelas iniciativas voltadas para a cidadania e atuação social que possuem grande impacto principalmente devido ao seu porte e capilaridade, também devido a ser um grande aliado do governo na promoção do desenvolvimento econômico e social.

Ao possuir como alternativa de investimento para seus clientes um fundo social, o BB Ações Índice de Sustentabilidade Empresarial, o Banco do Brasil comprova seu comprometimento com a sociedade ao proporcionar para sua vasta gama de investidores a oportunidade de contribuir indiretamente a causas sociais e ambientais.

Os fundos de investimento socialmente responsáveis são recentes no Brasil, mas há uma tendência muito forte para o futuro dos investimentos financeiros, o que já se percebe nos países do exterior, com economias mais desenvolvidas.

Desse modo, ao pesquisar esse fundo de ações e sua adesão pelos consumidores, bem como a maneira pela qual se deu o conhecimento do produto e a percepção social dos clientes em relação à sua aplicação, pretende-se incentivar o Banco do Brasil a continuar desenvolvendo produtos de investimento socialmente responsáveis.

2. PARTE TEÓRICA

2.1 Os fundos socialmente responsáveis na economia moderna

É notável e pública a crescente preocupação da sociedade global com os assuntos relacionados ao setor solidário, à preservação do meio ambiente, ao desenvolvimento sustentável, aos direitos humanos, à diminuição das desigualdades sociais.

Os investidores sociais têm como objetivo a aplicação de recursos em fundos de investimento cujas carteiras sejam compostas por ações de empresas que apresentem um ambiente de investimento compatível com as demandas de desenvolvimento sustentável da sociedade contemporânea e que estimulem a responsabilidade corporativa.

As aplicações em "fundos sociais", denominadas "investimentos socialmente responsáveis" ("SRI"), consideram que empresas sustentáveis geram valor para o acionista no longo prazo, por estarem mais preparadas para assumir riscos econômicos, sociais e ambientais.

Muitos consumidores incluíram nos critérios de escolha de seu banco ou das ações em que investem a responsabilidade social, sendo que em países desenvolvidos esse comportamento já é usual.

Os ISRs (Investimentos Socialmente Responsáveis) assumiram participação importante no mundo dos investimentos. Qualquer empresa aberta que pretenda ter acesso à maior variedade possível de fontes de capital deve buscar oportunidades para participar desse mercado florescente. Evidentemente, para tanto é fundamental tornar-se atraente para os investidores sob o ponto de vista dos critérios financeiros tradicionais, mas também é indispensável bom desempenho consistente, em termos de indicadores sociais, ambientais e econômicos, que completam o Tríplice Resultado. (SAVITZ, 2007, p.64)

Consultores de investimento enaltecem o desempenho social e ambiental como medida de valor, valor este, oculto, intrínseco, sugerindo oportunidades de investimento acima da média. Segundo Savitz (2007, p. 39), "não se pode demonstrar que a sustentabilidade seja a explicação para o bom

desempenho, no mercado de ações, de empresas que aderiram à causa ambiental, mas quando resultados semelhantes se repetem em sucessivos anos, a correlação implica causalidade”.

No mundo, há muitas instituições que administram fundos socialmente responsáveis e/ou prestam consultoria a investidores que desejam investir em ações de empresas que executam atividade social. Pode-se citar: o Meritas Mutual Fund (Companhia de Fundos Mútuos Socialmente Responsáveis, no Canadá), o Ethical Investor (empresa de assessoria do Reino Unido), o Real Assets (Canadá), o Calvert Social Investment (EUA) e The Ethical Investment Trust (Austrália). Também há o Social Investment Forum, espaço que reúne discussões e instrumentos de classificação dos fundos sociais.

No Brasil, essa tendência já se iniciou e a expectativa é de que ela se consolide rapidamente. O mercado para os fundos socialmente responsáveis teve seu início com a decisão do ABN Amro Asset Management de lançar o Ethical, fundo pioneiro no investimento em ações de empresas consideradas socialmente responsáveis, de cujas companhias aprovadas para compor a carteira foram excluídas empresas dos setores de fumo, álcool, energia nuclear, material ou equipamento militar, pornografia e jogos de azar.

Nos últimos anos houve várias tentativas de se padronizar os dados econômicos, sociais e ambientais das organizações. Para isso, foram criados indicadores de desempenho, princípios e normas internacionais buscando integrar as informações financeiras às sociais e ambientais, sendo essa necessidade de se estabelecer um denominador comum aos relatórios uma grande preocupação do GRI (Global Reporting Initiative). Essa iniciativa é marcada no Brasil pela atuação do Instituto Ethos de Responsabilidade Social e do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE).

Segundo as Diretrizes para o Relatório de Sustentabilidade – GRI (*Global Reporting Initiative*), é importante que haja padronização dos relatórios disponíveis aos *shareholders* e aos *stakeholders*, a fim de que a análise dos dados não seja distorcida por falta de pontualidade, clareza e objetividade das informações apresentadas.

Como normas e princípios internacionais criados com o intuito de fomentar a gestão responsável e sustentável e o comprometimento mundial

para uma sociedade mais justa pode-se citar o Pacto Global, os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, os Princípios do Equador, os Princípios para Investimento Responsável, bem como alguns dos tratados internacionais que se relacionam ao tema.

Como normas criadas para orientar as empresas no caminho de uma gestão mais voltada para as questões ambientais e sociais destacam-se a ISO 14.000, a AA 1.000, a AS 8.000, a OHSAS 18.000, a NBR 16.001 e a ISO 26.000, que está sendo elaborada e teve recentemente sua 4ª Conferência do Grupo de Trabalho realizando-se em Sydney, entre 29 de janeiro e 02 de fevereiro de 2007.

Segundo Sousa (2006, p. 134), quando apresenta as iniciativas para aprimorar e aperfeiçoar a responsabilidade sócio-ambiental, “não é difícil perceber que dentre as 16 iniciativas apresentadas, as que possuem um escopo de atuação mais abrangente são os relatórios GRI, Ethos e IBASE e os índices de sustentabilidade (DJSI e ISE)”.

No que concerne à ISO 26.000, Credidio (2006) diz que:

A ISO 26000 - prevista para ser publicada em 2008 - será a terceira geração de normas ISO, uma vez que já vigoram o sistema de gestão da qualidade (ISO 9000) e o de gestão ambiental (ISO 14000), adotadas por mais de 600 mil organizações em todo o mundo. Contudo, diferentemente destas, a ISO 26000 não será uma norma para certificação, ou seja, ela servirá apenas como um guia de diretrizes e não como base para obtenção de selos e certificados de responsabilidade socioambiental pelas empresas e outras organizações.

Em março de 2007, catorze fundos de pensão, entre eles a Previ, a Petros (Petrobrás), a Brt Prev (Brasil Telecom), a Funcef (Caixa Econômica Federal) e Valia (Vale do Rio Doce) formalizaram a adesão aos Princípios para Investimento Responsável (PRI), programa da Organização das Nações Unidas (ONU) lançado em Nova Iorque em 2006.

Conforme artigo da Revista Previ, de março de 2007, num evento ocorrido na Bovespa, em 26 de março de 2007, o chefe da unidade responsável pelo programa na ONU, Paul Clements-Hunt, destacou que os investidores que participaram do PRI (Princípios para Investimento

Responsável), hoje possuem ativos de US\$ 8 trilhões e respondem por cerca de 12% do mercado global de investimentos.

Acompanhando esse mercado crescente, a BOVESPA, em conjunto com várias instituições - ABRAPP, ANBID, APIMEC, IBGC, IFC, Instituto ETHOS e Ministério do Meio Ambiente - decidiram unir esforços para criar um índice de ações que fosse um referencial para os investimentos socialmente responsáveis, o ISE - Índice de Responsabilidade Empresarial, que tem por objetivo refletir o retorno de uma carteira composta por ações de empresas com reconhecido comprometimento com a responsabilidade social e a sustentabilidade empresarial, bem como atuar como promotor das boas práticas no meio empresarial brasileiro.

2.2 As empresas e a responsabilidade sócio-ambiental

O número de empresas que acredita que seu papel de produzir, gerar empregos e pagar impostos deva ser expandido cresceu muito desde o século XXI. Essa percepção de que somente obedecer às leis e gerar lucros não é suficiente para dar continuidade às atividades empresariais é percebida não apenas pelas empresas do segundo setor, mas também pelos consumidores, que privilegiam o consumo e utilizam seu poder de compra adquirindo cada vez mais produtos e serviços das empresas reconhecidas como socialmente responsáveis. Por conseguinte, a responsabilidade social deixou de ser uma opção para as empresas e tornou-se uma questão de estratégia, de visão empresarial, além de algumas vezes tornar-se uma questão de sobrevivência no longo prazo no mundo dos negócios.

O princípio da responsabilidade social tem como base que as organizações são instituições sociais, utilizam recursos e existem com autorização da sociedade, afetando a qualidade de vida do meio em que atuam. O terceiro setor, enquanto comunidade agindo em favor da própria comunidade, é oriundo da sociedade civil, que vem a se utilizar de meios privados para fins públicos, a fim de atuar em benefício do bem comum da sociedade, complementando as iniciativas do setor público e privado,

respectivamente governo e mercado. Através da adesão de uma gestão socialmente responsável, o empresariado acaba por dar um novo sentido à vida de *shareholders* e *stakeholders* com seu exemplo, tornando-se parceira no esforço de ajudar a preservar e melhorar o planeta, contribuindo para a construção de uma sociedade economicamente mais próspera, solidária, sustentável e socialmente justa.

Em meio a um cenário de exclusão social, aumento da pobreza e competição acirrada, inicia-se um novo século com a imagem consolidada de um consumidor mais exigente, com menos recursos para investir, com várias opções de compra, que se posiciona frente às iniciativas empresariais comprometidas com o meio ambiente e com os direitos humanos.

Parente et al. (2006, p. 19) cita que "o meio empresarial começa a desenvolver uma estratégia inovadora e ecossistêmica capaz de, a um só tempo, alcançar os resultados com seus negócios e favorecer a inclusão social". Parente et al. (2006, p. 20) apud Fernandes e Oliveira (2001) também traz a afirmação de que, quando uma empresa investe em ações sociais, não só contribui para a melhoria da qualidade de vida da comunidade; ela adquire *status* de empresa-cidadã e obtém retorno social, que se traduz em fortalecimento da imagem, potencialização da marca, conquista de novos clientes, maior divulgação na mídia, aumento no nível de *recall*, obtenção de reconhecimento público e maior apoio dos seus empregados e parceiros.

Essa mudança de políticas de proteção defensiva ao meio ambiente para uma abordagem mais pró-ativa para preservação do meio social e ambiental nas organizações é citada por Hopfenbeck (1993, p. 69):

The current intensification of economic, legal and ethical conditions makes it imperative to change from defensive environmental protection policies to a more proactive approach which is firmly fixed in institutional forms.

Como elo final da cadeia de comercialização de produtos e serviços, as instituições varejistas possuem condições de perceber as carências da comunidade em que atuam, utilizando seus recursos e potencialidades a fim de minimizar os problemas e dificuldades percebidas. Desse modo, podem ser causadoras de mudanças no comportamento de compra do consumidor,

através da oferta de produtos e serviços adaptados à cultura sócio-ambiental da sociedade em que estão inseridas.

Segundo Ribeiro (2001, p.25):

O empresariado detém um grande poder de influência na vida das pessoas e, com seu exemplo, ajuda a estabelecer prioridades e moldar comportamentos. Ao adotar uma gestão socialmente responsável uma empresa incorpora um novo sentido à vida dos seus dirigentes e colaboradores e se constitui numa importante parceria no esforço de ajudar a preservar o planeta e construir uma sociedade economicamente próspera, sustentável, socialmente justa e solidária.

Para as empresas, atuar na área social, em condições particulares de mercado, acaba por representar aumento de vendas e de lucros. Já a não-atuação na área social pode ocasionar variadas conseqüências, tais como o boicote e até mesmo a perda dos consumidores preocupados com a causa social, a proliferação de acusações de injustiça social, possíveis reclamações de fornecedores e revendedores, queda nas vendas, gastos maiores com passivo ambiental e descontentamento do quadro funcional.

Salienta-se que as empresas brasileiras, ao atuarem junto ao setor social, enfrentam obstáculos de naturezas legal, econômica e de gestão social. A natureza econômica é evidenciada pela falta de recursos financeiros para os projetos. Por outro lado, verifica-se também como um obstáculo de natureza legal a falta de incentivos. Outro obstáculo são os gestores sociais, que geralmente não estão preparados para exercer funções de gestão social, bem como a falta de projetos bem elaborados. Porém, mesmo com dificuldades, não há tantas limitações que possam justificar a desistência da promoção de práticas de responsabilidade social e ambiental nas empresas.

A responsabilidade social corporativa é uma forma de agregação de valor social aos negócios de uma empresa, que influencia a sua reputação nos mercados onde atua ou tem seus valores mobiliários negociados. No mundo corporativo, a busca pela excelência na produção e comercialização de produtos e serviços continua, já que os desafios da concorrência são vividos intensamente. No entanto, além da produtividade, relevância e credibilidade da marca e imagem, qualidade do bem ou serviço, bem como da geração de lucro

operacional, percebe-se que as empresas estão mais preocupadas com o lado social e ambiental.

Segundo Liberman (2004, p. 20), "... é importante ressaltar que a participação empresarial no campo social assume uma característica complementar e não de substituição ao que é disponibilizado pelo Estado".

Vendo as empresas como partícipes do desenvolvimento social, possibilitando às políticas públicas otimizar seus resultados, percebe-se que o vetor de atuação mais importante da responsabilidade social das sociedades civis é o externo, no tocante às ações sociais promovidas para beneficiar a comunidade. A literatura norte-americana respalda a contribuição de ações consideradas como "filantrópicas" para o desenvolvimento social, sobretudo no fornecimento de *funding* para escolas negras, como ocorre em instituições como o Rosenwald Fund, The Jeanes Fund, The Slater Fund e o General Education Board (DONOHUE; HECKMAN; TODD, 1998). São formas genéricas de realização de tais ações:

- doações de produtos, materiais e equipamentos em geral;
- transferências de recursos em regime de parceria para órgãos públicos e organizações não-governamentais;
- prestação de serviços voluntários pelos funcionários das empresas, com algum incentivo das próprias firmas;
- aplicação de recursos em atividade de preservação do meio ambiente;
- patrocínio de projetos sociais do governo ou de organizações comunitárias;
- investimentos diretos em projetos sociais criados pela própria empresa.

Conforme as Diretrizes para Relatório de Sustentabilidade, do Global Reporting Initiative, a transparência em relação a sustentabilidade das atividades organizacionais é de interesse de diferentes públicos da empresa, incluindo o mercado, trabalhadores, organizações não-governamentais, investidores, sociedade civil, comunidade científica, contadores. Contando com essa gama de *multistakeholders* (termo em inglês para qualificar um processo que leva em conta todos os grupos de partes interessadas) é possível promover maior credibilidade nos relatórios de sustentabilidade que, no caso do Global Reporting Initiative, compreendem os princípios, as orientações e os

indicadores de desempenho de sustentabilidade, organizados nas categorias: econômica, ambiental e social.

Como na Terceira Lei do Movimento da física newtoniana, que afirma que: “a toda ação corresponde uma reação igual e oposta”, também existem reações contrárias ao movimento pela responsabilidade sócio-ambiental, pela sustentabilidade.

Segundo Savitz (2007, p.97), as reações contrárias advém, de um lado, de economistas céticos, como o falecido Milton Friedman, que acreditam que uma empresa deve se concentrar na maximização dos lucros de seus negócios e não em questões sociais e ambientais, enfatizando que, conforme citação do próprio Friedman: “*the business of the business is business*”. De outro lado, têm-se as ideologias de esquerda, das quais simpatizam os cínicos, que acreditam que a sustentabilidade não passa de mera ferramenta de propaganda ou de relações públicas.

Mas há de se ver como o mundo empresarial se encaixa num universo social e natural mais amplo e, para conseguir se inserir nesse novo mercado, as empresas necessitam priorizar o Tríplice Resultado, que enfatiza as prosperidades ambiental, social e econômica das organizações, com uma visão de longo prazo.

Ainda segundo Savitz (2007, p. 246), “uma empresa constituída com os objetivos expressos de gerar lucro e promover a prosperidade social e ambiental – com a fusão ou sobreposição completa dos círculos referentes aos interesses de negócios e aos interesses sociais” seria “a empresa enobrecida – amálgama do lucro privado com o bem comum.”

2.3 Os consumidores sociais

Os consumidores, por sua vez, procuram dar preferência ao consumo de marcas e produtos envolvidos com algum tipo de ação social, desde que tenham preço e qualidade competitivos e condizentes com suas necessidades. Desse modo, o consumidor acaba por se identificar com a empresa sob o

prisma da cidadania, através da sinergia da consciência social e cívica da empresa com o exercício individual da cidadania do consumidor.

Segundo Belinky (in Parente, 2006), até bem pouco tempo atrás, o que se esperava para que um indivíduo participasse da sociedade de forma plena era que o mesmo desempenhasse de modo efetivo os papéis de cidadão e de consumidor, o que não vem ocorrendo invariavelmente nos dias atuais quando, além de consumidores, os indivíduos querem sentir-se cidadãos, participar do processo de compra ativamente, conscientes do seu papel de consumidores. Factualmente, o varejo acaba por assumir uma dimensão de fórum permanente para o exercício da cidadania, deixando de possuir tão somente a função de oferecer produtos e serviços para o consumo.

Parente (2000, p.104) aponta que "uma parcela da população brasileira começa a adotar estilos de vida "alternativos", formando o segmento dos consumidores "verdes", caracterizado por um comportamento de compra discriminador e seletivo, exigindo produtos ambientalmente adequados, de empresas comprometidas com a preservação do meio ambiente."

Patrícia Ashley (in Parente, 2006), salienta que o discurso da responsabilidade social requer, mais que a teoria, a sua prática cotidiana, a começar pela educação para o comércio e consumo éticos, ficando em segundo lugar a responsabilidade do Estado na formação de mercados responsáveis e, em terceiro lugar, o sistema financeiro, através do poder de criação de linhas de crédito e fundos de investimento que valorizem a responsabilidade sócio-ambiental.

Do ponto de vista do indivíduo, as decisões de investimento são essencialmente o quanto não se consumirá no presente, de forma a poder consumir mais no futuro, com base em um critério fundamental: maximizar o valor presente do consumo ao longo da vida. Espíndola (2004) cita que em todo o mundo, bem como no mercado de capitais brasileiro, verifica-se que os mecanismos pelos quais os investidores avaliam as empresas são com a necessidade de se consolidar e aprimorar o mercado de capitais, o que faz necessário um constante aprimoramento das relações entre os investidores e as empresas, na busca de uma melhor eficiência informacional e transparência nas negociações, com o objetivo de maximizar a riqueza do acionista.

Os investidores, tais quais consumidores, estão se dando conta de que a adesão a programas e iniciativas de responsabilidade sócio-ambiental nas empresas é uma ferramenta de gestão de risco no longo prazo, já que diminuem a vulnerabilidade de envolvimento em escândalos econômicos, ambientais e sociais (VALENTE, 2006).

2.4 Fundos de investimento no Brasil

É expressivo o volume de recursos aplicados em fundos de investimento no mercado brasileiro, acompanhando uma tendência mundial e confirmando seu grande sucesso como formação de poupança privada, chegando inclusive a ultrapassar os valores aplicados na tradicional caderneta de poupança.

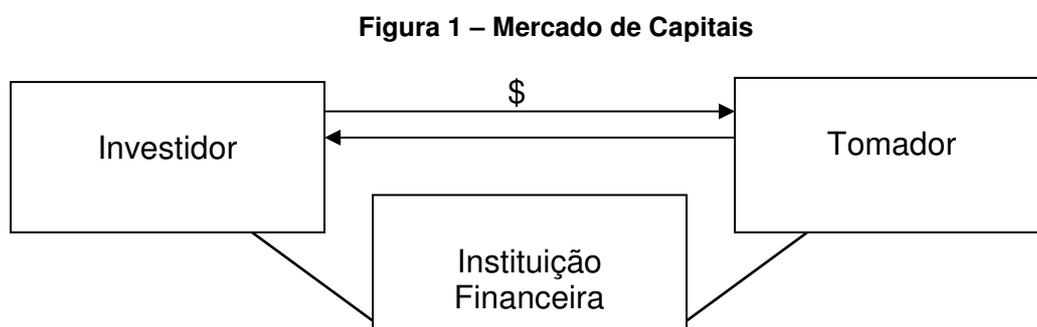
A definição de fundos de investimento como: uma reunião de recursos com o objetivo de investir o dinheiro e dividir os resultados proporcionalmente entre os cotistas, pressupõe uma das principais características desse tipo de aplicação, que é a mutualidade.

Segundo Lima et al. (2004), os fundos de investimento são uma modalidade de investimento que favorece pequenos e médios investidores, pois permite que invistam em ativos aos quais, de outra forma, não teriam acesso. Também favorece ao público que não possui o tempo e/ou conhecimento que o mercado financeiro requer, que encontram nos fundos de investimento comodidade, segurança e lucratividade proporcionalmente ao risco que estão dispostos a correr.

Uma das vantagens intrínsecas aos fundos de investimento é a democratização do acesso, fazendo com que pequenos investidores possuam os mesmos benefícios de grandes investidores ao aplicarem num fundo com um gerenciamento especializado de uma carteira de ativos, que busca selecionar ações ou carteiras de ações cujo desempenho, ao longo do tempo, supere as expectativas do mercado financeiro, em troca de uma taxa de administração incidente sobre o patrimônio do fundo, calculada com base em um percentual à quantidade de cotas de cada aplicador.

Segundo Andrezo e Lima (2002), no mercado de capitais as operações são, em geral, efetuadas diretamente entre poupadores e tomadores, de modo que a instituição financeira não atua, em regra, como parte da operação, mas como auxiliar, e cobra uma comissão por facilitar a realização dos negócios, conforme **Figura 1**.

Assim, a instituição financeira não capta nem empresta recursos em nome próprio. Já no mercado financeiro, os bancos geralmente centralizam a oferta e a procura de capitais e atuam como partes das intermediações, assumindo os riscos das operações.



Fonte: Andrezo e Lima (2002, p. 3)

Os recursos aplicados nos fundos são convertidos em cotas, que são distribuídas entre os aplicadores ou cotistas, que passam a ser proprietários de partes de carteira, proporcionalmente ao capital investido.

O valor da cota é atualizado diariamente e o saldo do cotista é feito através do cálculo da multiplicação do número de cotas adquiridas pelo valor da cota no dia.

Os valores aplicados pelos cotistas podem ser utilizados para a compra de títulos diversos como, por exemplo, ações, títulos públicos, CDBs, etc, conforme a política de investimento de cada fundo.

Tradicionalmente, o mercado classifica os fundos em fundos de renda variável e fundos de renda fixa ou mistos. O BB Índice de Sustentabilidade Empresarial é um fundo de renda variável e é assim denominado por possuir em sua composição no mínimo 95% e no máximo 100% de suas cotas de fundos de investimentos em ações e, no mínimo 0% e no máximo 5% de seu patrimônio aplicado em títulos públicos federais.

Um fundo de ações deve possuir, no mínimo, 80% da carteira em ativos relacionados diretamente, ou sintetizados via derivativos, ao fator de risco que dá nome à classe. Também deve possuir em carteira no mínimo 67% em ações.

Conforme definição de Lima et al. (2004, p.120), "ações são títulos emitidos por empresas que representam frações ideais de seu capital social", sendo a quantidade de ações pertencentes a um investidor (acionista) sua participação no capital dela. O mercado secundário de ações destina-se a dar liquidez aos títulos inicialmente negociados no mercado primário, no qual houve a transferência de valores dos investidores para a empresa. O mercado secundário geralmente ocorre nas Bolsas de Valores, que são o local onde ocorrem transações de compra e venda de títulos e valores mobiliários.

Para negociar na Bolsa, as empresas precisam ser registradas junto à Comissão de Valores Mobiliários, atendendo às suas exigências. As regras impostas para as empresas com capital aberto podem ser consultadas no site da Bovespa ou da CVM.

2.5 O fundo de investimento BB Ações Índice de Sustentabilidade Empresarial

O Banco do Brasil, como instituição financeira que intermedeia valores através de operações ativas e passivas, vem oferecendo aos seus clientes poupadores uma gama de investimentos financeiros, conforme apresentados no **Anexo A**, dentre eles o Fundo BB Ações Índice de Sustentabilidade Empresarial.

Esse fundo de investimento aplica no mínimo 67% dos recursos captados em ações de empresas que compõem a carteira teórica do Índice de Sustentabilidade Empresarial. Administrado pela BB Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., foi constituído em 9 de junho de 2004 e teve como início de suas operações a data de 1º de dezembro de 2005. Atua sob a forma de condomínio aberto, que permite o resgate de cotas, possibilitando a livre circulação dos investidores, e possui prazo indeterminado de duração. Destina-

se a clientes pessoas físicas e jurídicas. Suas aplicações inicial e as subseqüentes devem ser de R\$ 200,00, bem como os resgates e o saldo mínimo para permanecer com o investimento. Sua taxa de administração varia de 2% a 2,5%.

As emissões de cotas são efetuadas pelo valor da cota apurado no fechamento do dia útil subseqüente ao da data da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelos investidores no fundo, observado o horário limite de 23:00h, horário de Brasília. Os resgates se dão pelo valor da cota apurado no dia útil subseqüente à data do recebimento do pedido de resgate, sendo o crédito efetuado em conta corrente até o quarto dia útil seguinte ao da data da conversão da cota.

Conforme Fernandes (2002), para os fundos de renda variável a administradora usa um dia para comprar ou vender as cotas ao valor do dia seguinte ao pedido de resgate ou compra do investidor. Por conseguinte, o investidor não sabe, a priori, o valor exato que atualizará sua conta corrente, ao contrário dos fundos de renda fixa, que são comercializados ao valor do dia em que o investidor solicita o resgate ou a aquisição de cotas.

Confira as especificações do fundo na tabela a seguir:

Tabela 1 – Informações sobre o BB Ações Índice Sustentabilidade Empresarial

Aplicação inicial	200,00
Aplicações subseqüentes	200,00
Resgate	200,00
Saldo mínimo	200,00
Taxa de administração (a.a)	2,50%
Cota aplicação	D + 1
Cota resgate	D + 1
Crédito em conta corrente ou conta investimento	D + 4
Imposto de Renda	15%
CPMF em conta corrente	0,38%
Horário limite de movimentação (horário de Brasília)	23h
Aplicação e resgate programado	S
Opção de resgate automático	N
Data de início de funcionamento	01/12/2005
Grau de risco	Muito Alto

Fonte: Banco do Brasil

De acordo com a Lei n.º 11.033, de 21 de dezembro de 2004, os fundos e clubes de investimento em ações terão os rendimentos tributados, exclusivamente, na data do resgate das quotas, à alíquota de 15% (quinze por cento).

A carteira deste fundo é composta integralmente por cotas do BB Top Ações Índice de Sustentabilidade Empresarial, administrada pela BB DTVM S.A., conforme Composição do fundo, no **Anexo B**. No **Anexo C**, apresenta-se o prospecto e no **Anexo D**, o regulamento do fundo, datados de 24 de janeiro de 2007.

No site do Banco do Brasil pode-se verificar as Demonstrações Financeiras do período de 1º de dezembro de 2005 (data de início das operações do fundo) a 30 de setembro de 2006, com auditoria realizada pela KPMG Auditores Independentes, onde pode-se perceber a evolução histórica do fundo em valores divulgados e disponíveis ao público.

2.6 O Índice de Sustentabilidade Empresarial

No ano de 2005, a Bovespa se destacou ao criar um novo índice, alinhado com o índice americano Dow Jones Sustainability Index, criado em 1999. O DJSI monitora o desempenho financeiro das principais empresas que aderiram a sustentabilidade em todo o mundo, ajudando os investidores a examinar a sustentabilidade como indicador relevante do desempenho do negócio. A composição do Dow Jones Sustainability Index ocorre, anualmente, a partir da análise de 2.500 empresas de 24 países que precisam comprovar sua sustentabilidade corporativa. Fazem parte da análise, além dos indicadores financeiros, aspectos como transparência, governança corporativa, relações com investidores, responsabilidade sócio-ambiental e qualidade da gestão. Atualmente, é composto por 318 empresas, abrangendo 58 setores e 24 países, tais como: GE, Toyota, Hewlett-Packard, Citigroup, Pfizer, Unilever, 3M, P&G; empresas do Brasil: Cemig, Itaú, Bradesco, Itausa, Aracruz Celulose e Petrobrás.

As empresas que compõe o Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bolsa de Valores de São Paulo estão descritas na **Tabela 2**, a seguir:

Tabela 2 - Carteira Teórica do ISE válida para 13/08/2007

Código	Ação	Tipo	Qtde. Teórica	Part. (%)
ACES4	ACESITA	PN	30.452.886	0,551
ALLL11	ALL AMER LAT	UNT N2	322.888.834	1,975
ARCZ6	ARACRUZ	PNB N1	445.185.913	1,309
BBDC3	BRADESCO	ON N1	352.443.912	4,456
BBDC4	BRADESCO	PN N1	954.523.704	11,837
BBAS3	BRASIL	ON NM	367.557.000	2,718
BRKM5	BRASKEM	PNA N1	161.555.256	0,742
CCRO3	CCR RODOVIAS	ON ED NM	114.785.469	1,027
CLSC6	CELESC	PNB N2	22.105.595	0,193
CMIG3	CEMIG	ON N1	34.150.263	0,344
CMIG4	CEMIG	PN N1	268.301.417	2,513
COCE5	COELCE	PNA	26.353.294	0,164
CPLE3	COPEL	ON EG	21.703.707	0,161
CPLE6	COPEL	PNB EG	100.930.497	0,772
CPFE3	CPFL ENERGIA	ON NM	129.940.674	1,232
DASA3	DASA	ON NM	35.217.072	0,381
ELPL6	ELETROPAULO	PNB* N2	22.550.182.965	0,710
EMBR3	EMBRAER	ON NM	736.859.997	4,368
ENBR3	ENERGIAS BR	ON NM	62.114.409	0,544
GGBR3	GERDAU	ON N1	48.546.487	0,456
GGBR4	GERDAU	PN N1	291.756.780	3,330
GOAU3	GERDAU MET	ON N1	22.834.260	0,333
GOAU4	GERDAU MET	PN N1	118.560.366	1,789
GOLL4	GOL	PN N2	54.189.842	0,676
MYPK4	IOCHP-MAXION	PN N1	25.056.858	0,179
ITAU3	ITAUBANCO	ON N1	81.662.773	1,572
ITAU4	ITAUBANCO	PN N1	565.030.753	11,649
ITSA3	ITAUSA	ON N1	526.344.756	2,301
ITSA4	ITAUSA	PN N1	1.802.981.861	5,148
RENT3	LOCALIZA	ON NM	100.540.635	0,502
NATU3	NATURA	ON NM	113.294.713	0,676
PRGA3	PERDIGAO S/A	ON NM	87.389.896	0,782
PETR3	PETROBRAS	ON	710.866.028	10,541
PETR4	PETROBRAS	PN	1.037.076.101	13,197
SUZB5	SUZANO PAPEL	PNA INT N1	132.700.731	0,837
SZPQ4	SUZANO PETR	PN N2	53.625.855	0,130
TAMM4	TAM S/A	PN N2	68.476.574	0,903
TBLE3	TRACTEBEL	ON NM	204.229.559	1,120
UGPA4	ULTRAPAR	PN N1	30.600.880	0,524
UBBR3	UNIBANCO	ON N1	44.130.726	0,288
UBBR11	UNIBANCO	UNT N1	1.065.005.286	5,974
VCPA4	V C P	PN N1	98.407.342	1,099
Quantidade Teórica Total			34.020.561.926	100,000
Redutor			244.189.636,269995000	

(*) Cotação por lote de mil ações

Fonte: Bovespa

O Índice de Sustentabilidade Empresarial - ISE vigora na Bovespa, Bolsa de Valores de São Paulo, que concentra mais de 90% dos negócios do

país, e reflete o retorno de uma carteira composta por ações de empresas cujo desempenho em todas dimensões que medem sustentabilidade empresarial foram os melhores. Atualmente, conta com 34 ações de 28 empresas, selecionadas pela Bovespa com metodologia da Fundação Getúlio Vargas e apoio financeiro do International Finance Corporation. A carteira teórica anual do ISE é válida para o período de dezembro de 2006 até novembro de 2007.

O ISE é um selo de qualidade. As empresas só são incluídas no índice após a avaliação do impacto ambiental de suas atividades, entre outros itens de sustentabilidade. Elas antes respondem a um detalhado questionário, elaborado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), sendo que para fazer parte da carteira teórica ISE - Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bovespa, essas empresas destacaram-se positivamente ao responder o questionário proposto pelo Instituto Ethos.

Citam-se a seguir aspectos sobre os critérios de composição do ISE, conforme Cláudia Izique (2003, p.34), em seu artigo para a revista Indústria Brasileira:

As empresas que compõem o ISE foram selecionadas entre as 63 companhias cujas ações apresentaram maior liquidez entre julho de 2004 e julho de 2005, com base em metodologia desenvolvida pelo Centro de Estudos da Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (FGVces). A responsabilidade empresarial de cada uma delas foi pontuada a partir das respostas a um questionário que teve como base o conceito do *triple bottom line*, desenvolvido pela consultoria inglesa SustainAbility, que leva em conta aspectos ambientais, sociais e econômico financeiro. No caso do ISE, também foram acrescentados dois outros grupos de indicadores: o de governança corporativa e o de natureza do produto – que considera desde a posição da empresa perante acordos globais até a possibilidade de o produto acarretar danos à saúde do consumidor, conforme explica Rubens Mazob, coordenador do FGVces.

Ainda segundo Izique, o Conselho do ISE decidiu dar chance a todas as empresas de provarem sua sustentabilidade, inclusive o setor de fumo e bebidas, porém excluirá empresas que entrarem em regime de recuperação judicial ou falência, bem como aquelas que retirarem parcela significativa de suas ações do mercado.

Quanto ao destaque positivo das empresas ao responder o questionário do Instituto Ethos e no que tange ao relatório Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial 2006, percebe-se que esses indicadores "representam o esforço do Instituto Ethos de oferecer às empresas uma ferramenta que as auxilie no processo de aprofundamento de seu comprometimento com a responsabilidade social e com o desenvolvimento sustentável".

Os indicadores Ethos são estruturados em forma de questionário com tópicos relevantes para uma gestão que, de fato, contribua para o desenvolvimento sócio-ambiental, ao ajudar a preservar recursos ambientais e culturais e contribuir com a criação de um ambiente social saudável para as gerações presentes e futuras.

Conforme Ashley (2006, p. 24):

O Instituto Ethos disponibiliza uma avaliação comparativa das empresas, de forma anônima. A empresa interessa em receber um relatório com os resultados de seu desempenho em cada um dos temas abordados no questionário, além dos resultados do grupo de empresas líderes, envia o questionário preenchido ao instituto. Os dados são tratados com confidencialidade, e, na apresentação estatística das informações, as empresas não são identificadas. A eventual divulgação de experiências e práticas exemplares somente é realizada após consulta e autorização.

O Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social é uma organização não-governamental que tem a missão de mobilizar, sensibilizar e ajudar as empresas a gerir seus negócios de forma que sejam parceiras na construção de uma sociedade justa e sustentável. Possui 1251 associados, que respondem por aproximadamente 35% do produto interno bruto brasileiro e empregam cerca de 2 milhões de pessoas. Sua principal característica é o interesse em estabelecer padrões éticos de relacionamento com os *stakeholders*, sendo um pólo de organização de conhecimento, troca de experiências e desenvolvimento de ferramentas para aprofundamento dos compromissos com a responsabilidade corporativa. O Banco do Brasil figura como empresa associada do Instituto Ethos. A lista das empresas associadas pode ser conferida no site do Instituto Ethos.

O questionário dos indicadores Ethos é organizado pelo Instituto em sete temas: valores, transparência e governança; público interno; meio ambiente; fornecedores; consumidores e clientes; comunidade; e governo e sociedade. Está disponível através de um software para qualquer empresa que queira responder.

Organizações que se destacam com as respostas do questionário são convidadas a relatar suas práticas e histórias de sucesso e assim tornarem-se referências para outras empresas, através da disseminação dos impactos positivos de performance, imagem e sustentabilidade.

2.7 O Banco do Brasil e a responsabilidade sócio-ambiental

Faz parte da história do Banco do Brasil o engajamento com os princípios de responsabilidade sócio-ambiental. Como agente importante do desenvolvimento econômico e social do Brasil, o Banco assume uma postura ética compromissada e uma atitude respeitosa nas suas relações com clientes, acionistas, comunidade, meio ambiente, funcionários, colaboradores, fornecedores, parceiros, credores, concorrentes e governo.

Conforme Martinez (2007, p.18), para o Banco do Brasil, responsabilidade sócio-ambiental é ter a **ética como compromisso** e o **respeito como atitude** nas relações com funcionários, colaboradores, fornecedores, parceiros, clientes, credores, acionistas, concorrentes, comunidade, governo e meio ambiente.

Inserido numa economia globalizada, cujo sucesso condiciona-se ao desempenho econômico-financeiro superavitário aliado à valorização da responsabilidade sócio-ambiental, o Banco do Brasil necessita criar empatia com os *stakeholders* e evidencia à sociedade que seus objetivos vão além do alcance de resultados econômicos, como pode-se perceber na Carta de Princípios de Responsabilidade Socioambiental do Banco do Brasil, disponível no site do Banco do Brasil.

Desde 1997 o Banco do Brasil vem editando seu balanço social, dando destaque para as iniciativas de responsabilidade social e ambiental, como a

Fundação Banco do Brasil, o Programa Integração AABB Comunidade, projetos Criança e Vida, Banco de Tecnologias, Bioconsciência, Escola Campeã, Projeto Memória, Programa Adolescente Trabalhador, Voluntariado, Desenvolvimento Regional Sustentável, Programa Ecoeficiência, que engloba a política dos 3 Rs (reduzir o consumo, reutilizar e reciclar tudo o que é possível), com programas como o Pronari (Programa Nacional de Racionalização de Impressão), Pur-água (Programa de Uso Racional da Água) e Procen (Programa de Conservação de Energia), bem como iniciativas para seus funcionários, como pôde-se verificar através dos Resultados do 4º Fórum Ecos: novas perspectivas em gestão de pessoas e responsabilidade sócio-ambiental no Banco do Brasil, além de iniciativas regionais que acompanham as ações desenvolvidas pelo BB.

Além dessas e muitas outras contribuições sociais e ambientais já aplicadas como agente social comprometido com as desigualdades sociais, preservação do meio ambiente, relações humanas e desenvolvimento sustentável, o Banco do Brasil oferece um produto aos seus clientes que possibilita que os mesmos possuam uma participação responsável secundária através da adesão do fundo de investimento cujas ações são de empresas reconhecidas como socialmente responsáveis, valorizando as ações dessas empresas e permitindo-lhes permanecer no mercado.

O Banco do Brasil, instituição financeira oficial, organizada sob a forma de sociedade anônima, com a maioria do capital pertencente ao governo federal, que atua como banco múltiplo e como agente financeiro do governo federal, principal executor das políticas de crédito rural e comércio exterior, aproveitando seu porte, sua abrangência nacional e o posicionamento estratégico do conglomerado nas relações com o governo, mercado e sociedade civil para colocar-se em posição de vanguarda na difusão dos preceitos de responsabilidade sócio-ambiental, agindo como catalisador de uma reação em cadeia em nível nacional. Atualmente, o Banco do Brasil está presente em 2.500 municípios e possui mais de 5.000 postos de atendimento – é a maior instituição financeira da América Latina.

A partir de 2001, alterou seu estatuto, reforçando o posicionamento como empresa socialmente responsável, incluindo em um artigo a publicação anual do Balanço Social. Em setembro de 2002, o Conselho Diretor aprovou a

proposta de Gestão de Responsabilidade Sócio-ambiental e Empresarial, a fim de conciliar a atuação e as características do banco com indicadores de Responsabilidade Social, orientando ações antes dispersas para o relacionamento com o público, definidas sob quatro temas: governança, negocial, social e ambiental. Como resultado desse posicionamento, o Balanço Social deu lugar ao Relatório Anual de Responsabilidade Social, que evidencia o Banco do Brasil como um importante agente de desenvolvimento econômico-social do país, com transparência e responsabilidade.

Atualmente, as ações de responsabilidade sócio-ambiental do Banco do Brasil são inspiradas e estimuladas através do compromisso assumido junto a entidades setoriais e organismos nacionais e internacionais comprometidos com o desenvolvimento sustentável, tais como: a Agenda 21 Empresarial do BB, o Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Protocolo Verde, a adesão ao Pacto Global das Nações Unidas, aos Princípios do Equador, ao Pacto pelo Combate ao Trabalho Escravo, a obtenção do Selo Ibase e do Selo “Empresa Amiga da Criança” e o apoio ao pedido de informações para o Relatório de Informações sobre emissão de carbono.

5. METODOLOGIA

5.1. Método de Pesquisa

Esta pesquisa teve por fim obter respostas empíricas sobre as questões: a) os investidores do fundo BB Ações Índice de Sustentabilidade Empresarial, no Estado de Santa Catarina, estão conscientes de que o fundo inclui ações de empresas socialmente comprometidas com o meio-ambiente; b) estes investidores estariam inclinados a aceitar uma rentabilidade menor, em função da característica sócio-ambiental do fundo; c) esses investidores estão alinhados com as necessidades sócio-ambientais ambientais do planeta.

Para o desenvolvimento do trabalho, selecionou-se um produto de investimento do Banco do Brasil, o BB Ações Índice de Sustentabilidade Empresarial. Esse fundo de investimento foi selecionado por estar ligado aos preceitos da responsabilidade sócio-ambiental, já que é um fundo com sua rentabilidade atrelada ao Índice de Sustentabilidade Empresarial – ISE, índice da Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA.

A composição e as características do fundo estão descritas na seção 2.5 - O fundo de investimento BB Ações Índice de Sustentabilidade Empresarial.

Este estudo restringiu-se aos investidores das agências do Banco do Brasil de Santa Catarina, aplicadores do fundo de investimento em ações BB Ações Índice de Sustentabilidade Empresarial.

A série histórica dos valores aplicados deu-se no intervalo de tempo que vai desde a criação do fundo, em 31 de dezembro de 2005, até o mês de abril de 2007.

O procedimento de amostragem foi aplicado somente aos investidores do fundo BB Ações Índice de Sustentabilidade Empresarial do Estado de Santa Catarina. A amostra selecionada para a aplicação da pesquisa *survey* foi retirada somente dos investidores que possuíam valores aplicados no mês de abril de 2007 no fundo BB Ações Índice de Sustentabilidade Empresarial.

Para uma análise consistente, o ideal seria que a amostragem contivesse investidores de agências de outros estados do país. Assim, este estudo não será generalizável para todos os investidores desses fundos.

A série histórica dos valores aplicados no fundo também restringiu-se a um período de tempo muito pequeno. O fundo foi lançado em 31 de dezembro de 2005. Portanto, a amostragem abarcou o período de tempo que vai de 31.12.2005 até o mês de abril de 2007. Nesse período, o mercado de capitais experimentou um desempenho excepcional, o que também é motivo para ficarmos alertas quanto aos resultados, pois não contemplou nenhum período de crise econômica.

5.2 População

O universo da pesquisa foram os 143 clientes aplicadores do BB Ações ISE da Superintendência de Santa Catarina. As Superintendências Estaduais, subordinadas à Diretoria e Administração do Banco do Brasil, têm sob sua chefia as Superintendências Regionais, sendo que as agências, que atuam diretamente no varejo, em contato com os consumidores finais, são subordinadas a essas superintendências e aos órgãos internos.

5.3 Amostra

A escolha dos investidores deu-se de forma aleatória. Foram escolhidos 36 investidores, cerca de 25% da população, dentre os 143 aplicadores do fundo BB Ações ISE, para a aplicação de um questionário.

As informações contidas no questionário associaram-se aos assuntos contidos nos objetivos geral e específicos e às indagações que a pesquisa pretendia responder.

Para melhor ilustrar este estudo, decidiu-se por se utilizar, quanto aos procedimentos, o método *survey*, tendo como base uma amostra aleatória

simples retirada da população de clientes aplicadores no fundo BB Ações ISE do Estado de Santa Catarina; também decidiu-se por utilizar a pesquisa documental, para coleta de dados do fundo de investimento.

Segundo Beuren (2004, p.122), “o processo de coleta de dados por amostragem aleatória simples equivale a um sorteio lotérico. Nessa técnica, a unidade da população da pesquisa possui a mesma probabilidade de ser selecionada”.

Quanto à abordagem do problema, utiliza-se a tipologia quantitativa quando se pretende quantificar os dados documentais históricos coletados, a respeito do incremento no volume de recursos financeiros aplicados no fundo de ações, e a tipologia qualitativa quando do aprofundamento do entendimento do comportamento dos clientes que aderiram ao fundo.

A coleta de dados dos valores aplicados no fundo deu-se através de pesquisa documental histórica de dados do fundo de investimento BB Ações Índice de Sustentabilidade Empresarial do sistema interno do Banco do Brasil – SISBB. Os dados coletados (valores aplicados no fundo) foram transformados em percentuais, já que não estão disponíveis ao público em geral. Desse modo, a fim de preservar os dados primários coletados, analisou-se o incremento percentual dos valores aplicados no fundo de investimento desde a constituição do fundo até o mês de abril de 2007, o que proporcionou evidências para uma análise quantitativa e qualitativa dos dados coletados. Além disso, foi utilizada bibliografia que aborda questões relativas a fundos de investimento, bem como sobre responsabilidade sócio-ambiental.

Os dados da pesquisa *survey* foram coletados via entrevista estruturada, com a aplicação de questionário com perguntas predeterminadas aos investidores da população de clientes de Santa Catarina aplicadores do fundo BB Ações Índice de Sustentabilidade Empresarial; isso somente foi possível devido à adequação da entrevista ao horário em que as informações cadastrais do cliente estivessem disponíveis ao entrevistador, já que foram os dados internos do Banco do Brasil que proporcionaram as informações necessárias para o contato via telefone com os clientes.

Posteriormente à coleta dos dados com a pesquisa *survey*, ocorreu a organização do material e a tabulação dos questionários respondidos, através da compilação de respostas semelhantes e procurando identificar tendências

ou padrões relevantes, a fim de que pudesse ser verificado como os entrevistados conheceram o fundo BB Ações Índice de Sustentabilidade Empresarial, se aplicaram seus recursos por ser um fundo social, se considerariam a si próprios pessoas sócio-ambientalmente corretas e se estariam dispostos a abrir mão de parte de seu ganho financeiro em prol do favorecimento de causas sócio-ambientais.

Na pesquisa, procurou-se trabalhar as seguintes questões:

Questão 1

Questão 1.1 - os investidores do fundo BB Ações Índice de Sustentabilidade Empresarial não estão conscientes de que este fundo inclui ações de empresas socialmente comprometidas com o meio-ambiente.

Questão 1.2 - os investidores do fundo BB Ações Índice de Sustentabilidade Empresarial estão conscientes de que este fundo inclui ações de empresas socialmente comprometidas com o meio-ambiente.

Questão 2

Questão 2.1 - os investidores do fundo BB Ações Índice de Sustentabilidade Empresarial não estariam inclinados a aceitarem uma rentabilidade menor.

Questão 2.1 - os investidores do fundo BB Ações Índice de Sustentabilidade Empresarial estariam inclinados a aceitarem uma rentabilidade menor.

Questão 3

Questão 3.1 - os investidores do fundo BB Ações Índice de Sustentabilidade Empresarial não estão alinhados com as necessidades sócio-ambientais ambientais do planeta.

Questão 3.2 - os investidores do fundo BB Ações Índice de Sustentabilidade Empresarial estão alinhados com as necessidades sócio-ambientais ambientais do planeta.

4. ANÁLISE DOS DADOS – Resultados Empíricos

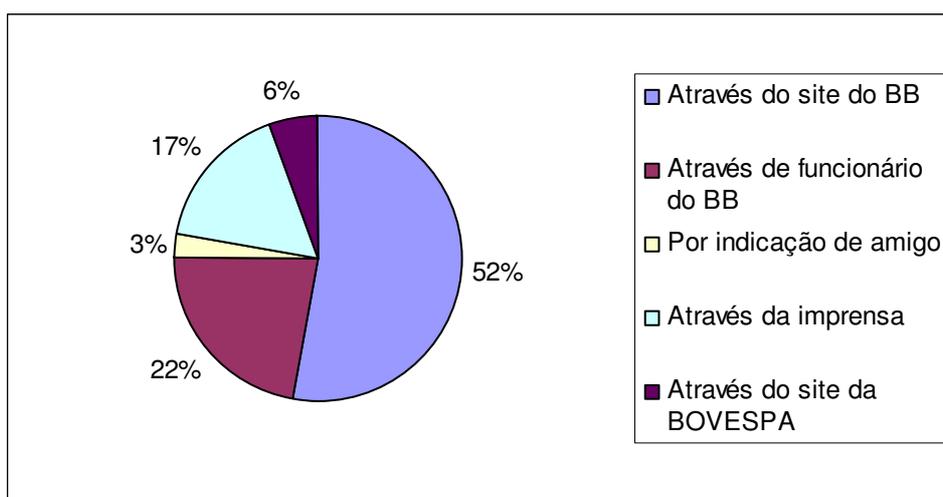
Os dados deste trabalho foram compilados através de dois tipos de pesquisa: uma, documental, que analisou o incremento nas aplicações do fundo de investimentos BB Ações Índice de Sustentabilidade Empresarial; outra, através de pesquisa realizada com a aplicação de questionário aos investidores do fundo.

As perguntas do questionário eram variáveis que buscavam a verificação das questões já explicitadas no item 3.

4.1 Analisando os resultados

A primeira pergunta foi sobre como se deu o conhecimento do fundo de ações em questão. Essa pergunta buscou conhecer quais os meios pelos quais os clientes têm interagido para conhecer o fundo. A maioria dos aplicadores, ou seja, 52% dos entrevistados, respondeu que tomou conhecimento do fundo através do site do Banco do Brasil, conforme gráfico a seguir:

Gráfico 1 – Conhecimento do BB ISE



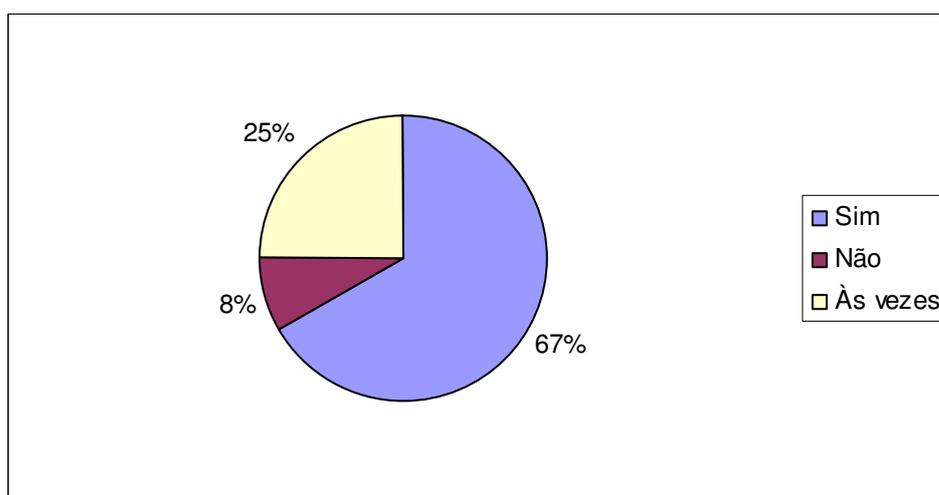
Fonte: Dados da pesquisa – Anexo E

Percebe-se que poucos investidores conheceram o produto através de funcionários do Banco do Brasil, somente 22% dos entrevistados, o que demonstrou pouca divulgação do produto dentro da instituição.

Ao relacionar o atual conceito de responsabilidade sócio-ambiental com a adesão ao fundo de investimento BB Ações Índice Sustentabilidade Empresarial, a segunda pergunta teve o intuito de perceber como o investidor que aplica no fundo se posiciona em relação à responsabilidade sócio-ambiental.

A segunda pergunta questionou se tais investidores consideram-se iam pessoas sócio-ambientalmente responsáveis; os resultados estão explicitados conforme gráfico a seguir:

Gráfico 2 – Auto-consideração sobre ser consumidor sócio-responsável

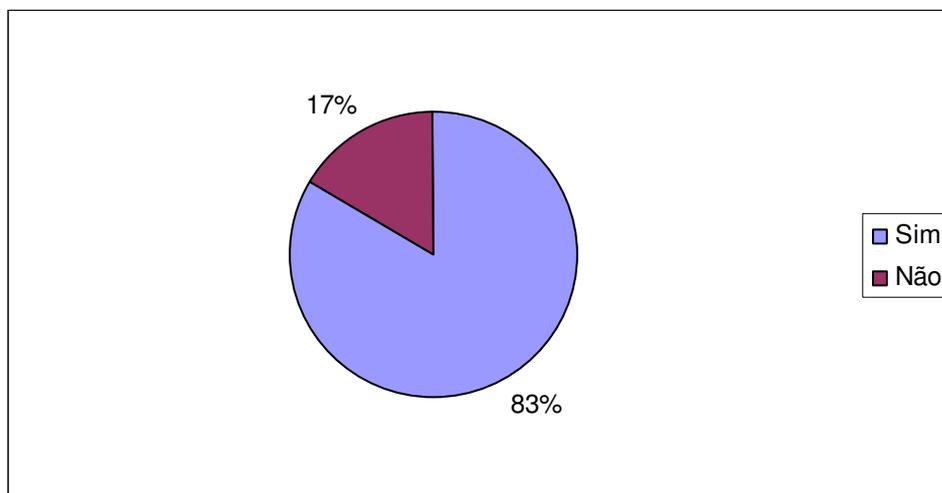


Fonte: Dados da pesquisa – Anexo E

Dentre os entrevistados, 67% mostraram-se conscientes para com as questões sociais e ambientais; 25% responderam que, às vezes são sócio-ambientalmente corretos, portanto, não o são sempre, depende da situação que estão vivendo. Somente 8% disseram não se considerar pessoas socialmente responsáveis. Desse modo percebeu-se que os clientes do Banco do Brasil aplicadores deste fundo em Santa Catarina possuem, quase em sua totalidade (92%), um perfil de preocupação social e ambiental.

Com a terceira pergunta, procurou-se saber se os clientes sabiam que o BB Ações Índice de Sustentabilidade Empresarial era um fundo socialmente responsável. A maioria, 83%, disse que sim, sabia que era um “fundo social”.

Gráfico 3 – Conhecimento sobre o BB ISE ter cunho sócio-ambiental



Fonte: Dados da pesquisa – Anexo E

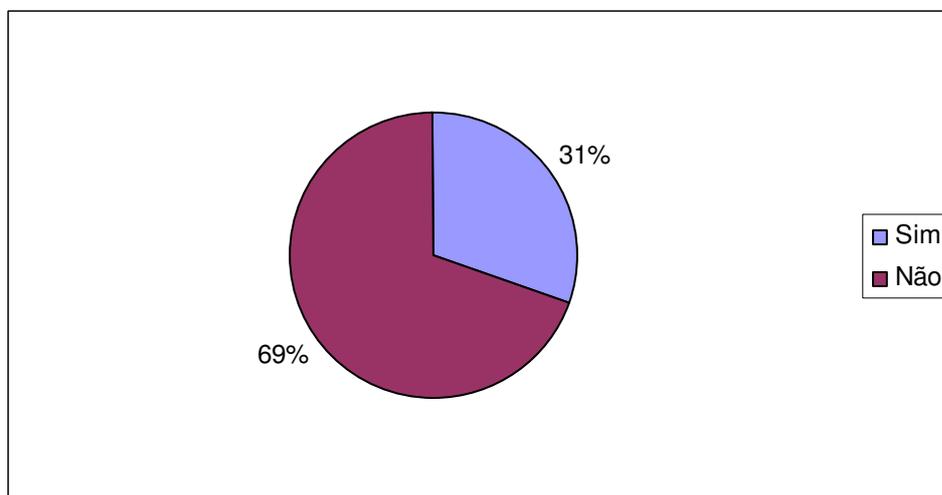
A quarta questão abordou a possibilidade dos investidores abrirem mão de parte de seus ganhos financeiros ao aplicarem num fundo social. Apesar de ser um questionário de perguntas fechadas, em que os entrevistados estariam predispostos a responder somente sim ou não, salienta-se inúmeros comentários a respeito desta questão, principalmente colocando para o entrevistador que “depende do momento”.

Cerca de 40% das pessoas entrevistadas que responderam não abrir mão de parte dos ganhos financeiros alegaram que, se estivessem numa situação financeira mais confortável do que a que se encontram atualmente, responderiam que poderiam deixar parte de seu lucro para o favorecimento de iniciativas sócio-ambientalmente corretas. Porém, tendo em vista que uma situação financeira confortável é uma condição relativa e subjetiva, que pode variar de acordo com o perfil psicográfico de cada cliente, esta contribuição dos entrevistados deixa margem a outras interpretações e deve ser verificada em estudos posteriores.

Desse modo, percebeu-se que os investidores do fundo BB Ações Índice de Sustentabilidade Empresarial são conscientes da necessidade de comprometimento com causas sociais e ambientais, mas na prática ainda não

houve uma mudança comportamental, já que 69% dos entrevistados não abririam mão da rentabilidade para favorecerem fundos sociais.

Gráfico 4 – Predisposição a abrir mão de parte do ganho financeiro



Fonte: Dados da pesquisa – Anexo E

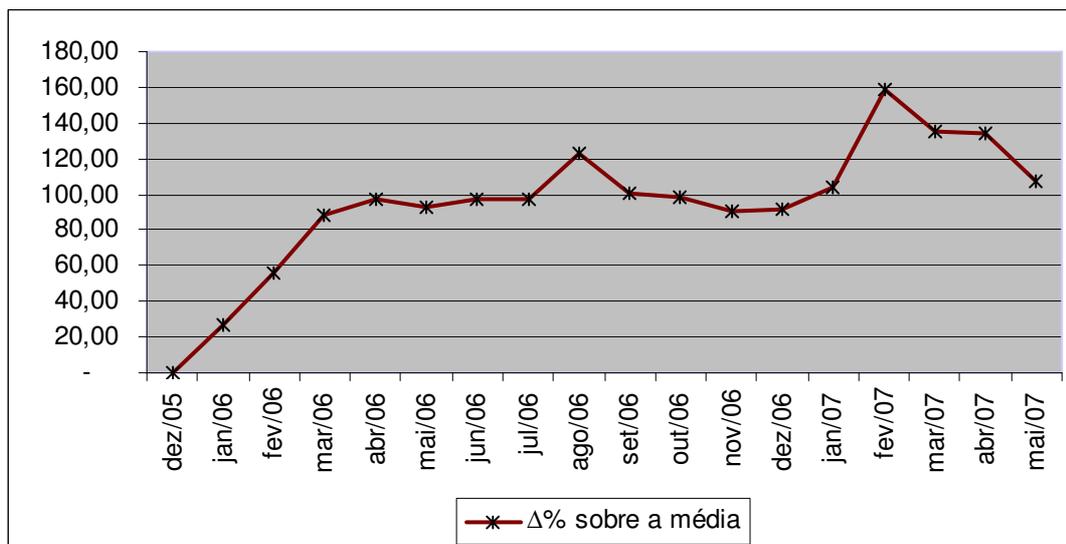
A pesquisa histórica documental procurou demonstrar a procura por este tipo de aplicação, através da compilação dos dados financeiros das aplicações dos clientes de Santa Catarina no BB Ações Índice de Sustentabilidade Empresarial, desde a criação do fundo, em dezembro de 2005, até o mês de abril de 2007.

Salienta-se que a série histórica analisada é pequena, devido ao fundo ser um fundo recente. No entanto, trabalhou-se com os dados disponíveis a fim de enriquecer o trabalho no sentido de verificar os padrões de constância ou não dos valores aplicados.

Os valores em reais foram preservados, porém foi calculada a média dos valores aplicados durante os 18 meses do intervalo e, sobre essa média, calculou-se o percentual de aplicações de cada mês em relação à média (100%), a fim de perceber a evolução das aplicações no fundo dentro do intervalo de tempo de dezembro de 2005 a abril de 2007, para os aplicadores do Banco do Brasil do Estado de Santa Catarina.

Os resultados estão descritos conforme gráfico a seguir:

Gráfico 5 - Variação percentual dos valores aplicados no BB Ações Índice de Sustentabilidade Empresarial em relação à média



Fonte: Dados da pesquisa

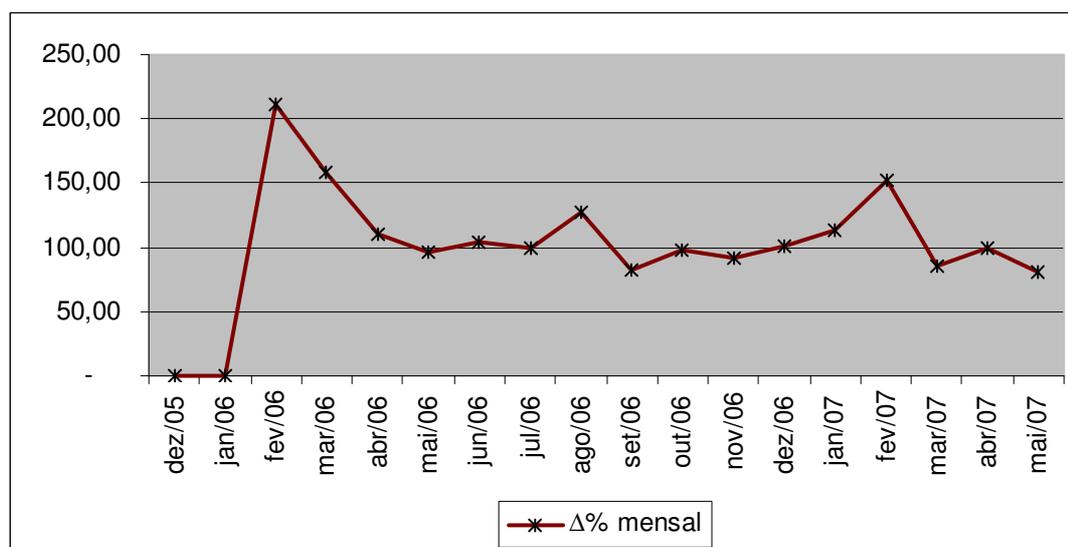
Percebeu-se uma evolução dos valores aplicados em relação à média, com seu pico no mês de fevereiro de 2007, quando houve o maior volume de recursos aplicado neste fundo no Estado de Santa Catarina.

Para melhor ilustrar a evolução histórica dos valores aplicados no fundo BB Ações Índice de Sustentabilidade Empresarial, apresenta-se o gráfico que demonstra o incremento percentual dos valores investidos mês a mês, comparados ao mês anterior. Desse modo, pôde-se conhecer quais os meses que obtiveram maior volume de recursos aplicados em relação ao mês que o antecedeu.

Percebeu-se que nos meses de fevereiro de 2006 e fevereiro de 2007 houve incremento dos valores aplicados em relação ao mês de janeiro dos respectivos anos.

Como este fundo possui um tempo de vida relativamente curto, seria interessante o desenvolvimento de trabalhos posteriores para avaliar se as entradas de recursos relativos aos meses de fevereiro de 2006 e fevereiro de 2007 poderiam ser consideradas sazonais, bem como se é possível identificar padrões de entrada e de saída de recursos financeiros do fundo em questão.

Gráfico 6 - Variação percentual mensal dos valores aplicados no BB Ações Índice de Sustentabilidade Empresarial em relação ao mês anterior



Fonte: Dados da pesquisa

Percebeu-se que, na maioria dos meses, os valores aplicados estão acima ou próximos da média do período, que está representada no eixo vertical como 100%. Porquanto os valores aplicados não variem tanto em relação à média, pode-se afirmar que os investidores deste fundo, aparentemente, possuem uma tendência a não sacar os valores aplicados, ou seja, os aplicadores do fundo social do Banco do Brasil de Santa Catarina tendem, aparentemente, a serem clientes fidelizados com o produto de investimento BB Ações Índice de Sustentabilidade Empresarial. No entanto, essa tendência aparente de fidelização não deve ser generalizada, devido à série histórica analisada ser pequena e principalmente devido ao favorável momento econômico percebido pelo mercado financeiro desde a criação do fundo BB Ações Índice de Sustentabilidade Empresarial até o mês de abril de 2007.

Deve-se levar em consideração que, devido à série histórica pequena do fundo BB Ações Índice de Sustentabilidade Empresarial, que foi lançado no mercado no final de 2005, o período analisado por este trabalho coincidiu com um bom período para o mercado acionário.

A manutenção dos valores aplicados deve ser confrontada com o momento acionário favorável pelo qual passa a economia desde 2003. Desse modo, os clientes que aparentemente são fidelizados ao fundo, que apresentou

desempenho positivo juntamente com outros papéis negociados na Bolsa de Valores, podem apenas estar aproveitando o momento positivo do fundo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A responsabilidade social e ambiental das corporações, bem como a visão de sustentabilidade são temas de destaque, principalmente devido ao aumento das desigualdades sociais no âmbito global e às conseqüências dos danos causados ao meio ambiente.

Essa preocupação, que vem se tornando uma constante nos últimos anos, pressupõe que a solução desses problemas não deve se dar sob a responsabilidade de um único agente, mas sim de vários atores sociais, dentre eles o governo, empresas e consumidores.

Em termos de mercado global, percebe-se que as ações das empresas que estão no Dow Jones Sustainability Index, da Bolsa de Valores de Nova York, ou seja, aquelas que possuem um comportamento socialmente responsável, são mais valorizadas que as demais. No Brasil, o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), da Bovespa - mais novo que o DJSI, funciona com alguma diferença, mas procura ter o mesmo sentido de valorização de empresas que estão preocupadas com o futuro e têm visão de longo prazo.

O BB Ações ISE é um produto de investimento baseado em ações de empresas socialmente responsáveis, partícipes de um grupo seletivo de empresas pertencentes ao índice da Bolsa de Valores de São Paulo, que mantém em sua composição apenas empresas que atendam aos critérios de sustentabilidade, selecionadas através de pesquisa da Fundação Getúlio Vargas e do Instituto Ethos.

Neste estudo, pôde-se constatar que os consumidores do fundo BB Ações Índice de Sustentabilidade Empresarial, aplicadores de recursos, estão conscientes de que o fundo inclui ações de empresas socialmente comprometidas com o meio-ambiente, confirmando a questão 1.2.

Ao aderir a este fundo, os investidores, conscientes da adesão de um produto “verde”, além de simples consumidores, comportam-se também como colaboradores indiretos a uma causa justa.

Não fosse a indisposição dos investidores de abrir mão de parte de seu ganho financeiro ao aplicar num fundo de ações socialmente responsável –

69% dos entrevistados responderam que não estariam dispostos a deixar de ganhar dinheiro para aplicar recursos num fundo social - poderia-se dizer que os aplicadores, além de meros consumidores, tenderiam a comportar-se também como cidadãos. Porém, as respostas evidenciam que os investidores do fundo BB Ações Índice de Sustentabilidade Empresarial não estariam inclinados a aceitarem uma rentabilidade menor, o que confirma a questão 2.1.

Cabe destacar ainda que a pesquisa revelou uma grande contradição entre o posicionamento do investidor quanto à sua responsabilidade sócio-ambiental (segunda pergunta) e a possibilidade de abrir mão de uma rentabilidade maior para aplicar num fundo socialmente correto (quarta pergunta). Este fato leva a inferência de que os investidores do fundo BB Ações Índice de Sustentabilidade ainda não estão alinhados com as necessidades sócio-ambientais ambientais do planeta, confirmando a questão 3.1.

No entanto, de acordo com o International Finance Corporation – IFC, braço financeiro do Banco Mundial, investimentos que levam em questão aspectos sociais e ambientais acumulam captação mundial superior a US\$ 2 trilhões. Assim sendo, a importância dos fundos éticos reside no fato de que, na medida que os investidores privilegiam empresas comprometidas social e ambientalmente, mais posturas administrativas e de negócios serão estimuladas, bem como a procura por investimentos eticamente e socialmente corretos.

A pesquisa também revela que o fundo de ações BB Ações Índice de Sustentabilidade Empresarial necessita de uma maior divulgação interna. Somente 22% dos investidores disseram que tomaram conhecimento do produto através dos funcionários. Dado o tamanho da carteira de clientes do Banco, uma divulgação mais focada poderia produzir bons resultados.

O Banco do Brasil trabalha com a estratégia de que os clientes mudem de comportamento ao longo do tempo. Levando em consideração o expressivo número de informações veiculadas na mídia sobre sustentabilidade e responsabilidade sócio-ambiental, pondera-se que, apesar deste estudo demonstrar que não houve conscientização dos investidores no sentido de abdicarem de parte de sua rentabilidade para favorecerem causas sócio-ambientalmente corretas, haja continuidade na análise do comportamento das

pessoas que investem em fundos sociais, a fim de verificar, inclusive, seu comportamento quando a situação econômica do mercado acionário não for favorável.

Sugere-se a realização de uma pesquisa longitudinal, com um sistema de acompanhamento permanente, a fim de que se avalie, ao longo do tempo, a evolução dos valores aplicados no fundo BB Ações Índice de Sustentabilidade Empresarial, bem como seja oportunizada uma comparação da evolução do fundo em questão com outros fundos de investimento.

Investidores podem ser conquistados através de bons resultados, mas também são movidos pelos seus valores. Assim, boas "ações" tendem a valorizar os papéis de companhias que incluem em suas atividades preocupações com o meio ambiente, governança corporativa e atividades sociais.

Finalmente, sugerimos que as áreas de gerência de Mercado de Capitais e de Pessoas do BB, assim como a Escola de Administração da UFRGS, incentivem seus funcionários e alunos a continuarem com as pesquisas e o lançamento desses produtos que são inovadores. Este nicho de mercado tem possibilidades de garantir a sobrevivência das empresas e a do planeta.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDREZO, Andrea Fernandes; LIMA, Iran Siqueira. **Mercado financeiro: aspectos históricos e conceituais**. 2. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

ASHLEY, Patrícia de Almeida (coord.). **Ética e responsabilidade social nos negócios**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

BB.COM.VOCÊ: para quem faz o Banco do Brasil. **Especial Sustentabilidade 2007**. Revista elaborada pelo Banco do Brasil para seus funcionários. Ano 8. Brasília – DF, 2007.

BEUREN, Ilse Maria (org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em Contabilidade**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

CREDIDIO, Fernando. **ISO 26000: a norma internacional de responsabilidade social**. São Paulo, ago. 2006. Disponível em: <<http://rsempresarial.spaces.live.com/blog/cns!FD578BFD6623F41D!426.entry?c=BlogPart>>. Acesso em: 6 ago. 2007.

Diretrizes para Relatório de Sustentabilidade - GRI. Global Reporting Initiative. São Paulo, 2006.

Donohue, John; Heckman, James Heckman; e Todd, Petra E. 1998. **Social Action, Private Choice, and Philanthropy: Understanding the Sources of Improvements in Black Schooling in Georgia, 1911-1960**. National Bureau of Economic Research Working Paper 6418. Disponível em: <<http://ideas.repec.org/e/pdo40.html>>. Acesso em: 31 maio 2007.

Ecos: novas perspectivas em gestão de pessoas e responsabilidade socioambiental no Banco do Brasil. Resultados do 4º fórum. Universidade do Banco do Brasil, Brasília, 2006.

ESPÍNDOLA, Márcio Almeida. **Lucratividade versus Investimentos: um estudo de caso sobre eficiência informacional no mercado brasileiro**. 106 p. 2004. Dissertação (Mestrado em Administração) - Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004. Disponível em:

<http://volpi.ea.ufrgs.br/teses_e_dissertacoes/td/002945.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2007.

FERNANDES, Antônio Alberto Grossi. **O Brasil e o sistema financeiro nacional**. Rio de Janeiro: Qualymark, 2002.

HOPFENBECK, Waldemar. **The green management revolution: lessons in environmental excellence**. Great Britain: Prentice Hall, 1993.

Indicadores Ethos de responsabilidade social empresarial 2006. Instituto Ethos de empresas e responsabilidade social, São Paulo, junho 2006. Disponível em: <www.ethos.org.br>. Acesso em: 23 jan. 2007.

IZIQUE, Cláudia. **O valor da Imagem: Bovespa cria um novo índice para acompanhar o desempenho das empresas que investem em ações sociais e ambientais**. Revista Indústria Brasileira, Brasília, dez. 2005. Disponível em: <<http://www.cni.org.br/produtos/diversos/src/rev58/mercadocapitais.pdf>>. Acesso em: 6 ago. 2007.

LIBERMAN, Vitor. **Empreendedorismo social: um processo em construção. Estudo de caso em três empresas gaúchas**. 109 p. 2004. Dissertação (Mestrado em Administração) - Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

LIMA, Iran Siqueira et al. (orgs.). **Fundos de investimentos: aspectos operacionais e contábeis**. São Paulo: Atlas, 2004.

MARTINEZ, Mariana. **BB lança campanha publicitária para divulgar seu compromisso com a sustentabilidade**. Revista bb.com.você. Brasília – DF, p. 18-20, Especial Sustentabilidade 2007.

PARENTE, J.; GELMAN, J. J. (Coords.). **Varejo e responsabilidade social: visão estratégica e práticas no Brasil**. Porto Alegre: Bookman, 2006.

PARENTE, Juracy. **Varejo no Brasil: gestão e estratégia**. São Paulo: Atlas, 2000.

Práticas de responsabilidade social nas empresas: relação entre os princípios do Global Compact e os indicadores Ethos de responsabilidade Social empresarial. São Paulo: Instituto Ethos, 2003.

Responsabilidade com as pessoas e o planeta: fundos brasileiros aderem aos Princípios para o Investimento Responsável, iniciativa da ONU que tem a PREVI entre seus criadores. Revista PREVI. Rio de Janeiro, p. 10-11, mar. 2007.

RIBEIRO, José Airton, **Ética e responsabilidade social no setor bancário.** 2001. 47 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) - Curso de Pós-Graduação em Administração e Negócios, Centro de Treinamento Empresarial Christus - CTEC, Juazeiro do Norte, 2001.

SAVITZ, Andrew W. **A empresa sustentável: o verdadeiro sucesso é o lucro com responsabilidade social e ambiental.** Andrew W. Savitz, com Karl Weber; tradução de Afonso Celso da Cunha Serra. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

SOUSA, Ana Carolina Cardoso. **Responsabilidade social e desenvolvimento sustentável: a incorporação dos conceitos à estratégia empresarial.** 2006. 203 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Dissertação) - Curso de Mestrado em Ciências em Planejamento Energético, Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, Rio de Janeiro, 2006.

VALENTE, Fernando Giachini Lopes Ricardo. **Lucro Advindo da Sustentabilidade.** Gazeta Mercantil, Caderno A, p 3: 10 mar. 2006.

Sites pesquisados:

www.anbid.com.br - Associação Nacional dos Bancos de Investimento

www.andima.com.br - Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro

www.austethical.com.au - Australian Ethical Investment

www.bcb.gov.br - Banco Central do Brasil

www.bovespa.com.br - Bolsa de Valores de São Paulo

www.calvert.com - Calvert Social Investment, dos EUA

www.cvm.gov.br - Comissão de Valores Mobiliários

www.ethicalinvestor.com.au - empresa de assessoria do Reino Unido

www.ethos.org.br - Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social

www.globalreporting.org - Global Reporting

www.ibri.com.br - Instituto Brasileiro de Relação com Investidores

www.ini.com.br - Instituto Nacional de Investidores

www.meritas.ca - Companhia de Fundos Mútuos Socialmente Responsáveis do Canadá

www.realassets.ca - Canadá

www.socialinvest.org - Social Investment Forum

ANEXOS

Anexo A – Fundos de Investimento do Banco do Brasil

Fundos de Investimento

Investir é pensar no futuro. O Banco do Brasil desenvolveu para você um portfólio diversificado de Investimentos. Aqui você tem comodidade para investir e movimentar seu dinheiro, seja pelo site bb.com.br, Terminais de Auto-Atendimento BB, Central de Atendimento ou em qualquer agência Banco do Brasil.

Fundos de Investimento BB. Todo seu.

	Curto Prazo		Referenciado DI		Renda Fixa		Multimercado
	Ações		Cambial		Dívida Externa		

Fundo	Classificação de Risco	Taxa Adm.	Valor Inicial	Invista Já
BB Curto Prazo Mil	Muito Baixo	3,00%	1.000,00	>
BB Curto Prazo 50 mil	Muito Baixo	1,00%	50.000,00	>
BB Referenciado DI Social 200	Muito Baixo	4,50%	200,00	>
BB Referenciado DI CPMF Mil	Muito Baixo	4,00%	1.000,00	>
BB Referenciado DI Mil	Muito Baixo	3,00%	1.000,00	>
BB Referenciado DI LP Mil	Baixo	3,00%	1.000,00	>
BB Referenciado DI 10 mil	Muito Baixo	2,50%	10.000,00	>
BB Referenciado DI LP 50 mil	Baixo	1,00%	50.000,00	>
BB Referenciado DI LP 200 mil	Baixo	0,80%	200.000,00	>
BB Renda Fixa LP 100	Baixo	5,50%	100,00	>
BB Renda Fixa 200	Baixo	4,50%	200,00	>
BB Renda Fixa CPMF Mil	Baixo	4,00%	1.000,00	>
BB Renda Fixa Mil	Baixo	3,00%	1.000,00	>
BB Renda Fixa LP 10 mil	Baixo	2,50%	10.000,00	>
BB Renda Fixa LP Índice de Preço 20 mil	Alto	1,50%	20.000,00	>
BB Renda Fixa Bônus Longo Prazo	Baixo	2,00%	20.000,00	>
BB Renda Fixa 25 mil	Baixo	2,00%	25.000,00	>
BB Renda Fixa LP 50 mil	Médio	1,00%	50.000,00	>
BB Renda Fixa LP Premium 50 mil	Médio	1,00%	50.000,00	>
BB Renda Fixa LP 200 mil	Médio	0,80%	200.000,00	>
BB Renda Fixa LP Premium 200 mil	Médio	0,90%	200.000,00	>
BB Multimercado Conservador LP Mil	Alto	2,50%	1.000,00	>
BB Multimercado Moderado LP 10 mil	Muito Alto	1,50%	10.000,00	>
BB Multimercado Arrojado LP 10 mil	Muito Alto	1,50%	10.000,00	>
BB Ações Ibovespa Indexado	Muito Alto	4,00%	200,00	>
BB Ações Ibovespa Ativo	Muito Alto	4,00%	200,00	>
BB Ações IBrX	Muito Alto	4,00%	200,00	>
BB Ações Multi Setorial Ativo	Muito Alto	4,00%	200,00	>
BB Ações Exportação	Muito Alto	3,00%	200,00	>
BB Ações Small Caps	Muito Alto	3,00%	200,00	>
BB Ações Índice de Sustentabilidade Empresarial	Muito Alto	2,50%	200,00	>
BB Ações Energia	Muito Alto	2,00%	200,00	>
BB Ações Telecomunicações	Muito Alto	2,00%	200,00	>

BB Ações Embraer	Muito Alto	2,00%	200,00	>
BB Ações Petrobras	Muito Alto	2,00%	200,00	>
BB Ações Vale do Rio Doce	Muito Alto	2,00%	200,00	>
BB Ações Dividendos	Muito Alto	2,00%	200,00	>
BB Ações PIBB	Muito Alto	1,50%	200,00	>
BB Cambial Euro LP Mil	Muito Alto	1,50%	1.000,00	>
BB Cambial Dólar LP Mil	Muito Alto	3,00%	1.000,00	>
BB Cambial Dólar LP 20 mil	Muito Alto	1,00%	20.000,00	>
BB Cambial Dólar LP 100 mil	Muito Alto	0,80%	100.000,00	>
BB Dívida Externa LP Mil	Muito Alto	1,50%	1.000,00	>

**Anexo B – Composição do Fundo BB Ações Índice de Sustentabilidade
Empresarial**

Composição de Carteira

BB AÇÕES ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL

PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE R\$ 32.822.636,41, EM: 31/08/2007

A CARTEIRA DESTE FUNDO É COMPOSTA POR:

100,00% DE COTAS DO BB TOP AC SUST

RESPECTIVAMENTE DISTRIBUIDA CONFORME ABAIXO:

OBS: Conforme previsto no regulamento, o fundo pode deter operações no mercado de derivativos que interferem na exposição aos riscos de mercado.

NOME	%
DISPONIVEL	0,00
OPERAÇÕES COMPROMISSADAS	2,08
LETRA FINANCEIRA DO TESOURO	0,70
ACOES BANCO DO BRASIL S/A	2,62
SIDERURGIA	0,54
PETROQUIMICOS	0,68
SERVIÇOS TRANSPORTE E LOGÍSTICA	2,77
SAÚDE	0,31
MATERIAL DE TRANSPORTE	3,48
MAT.TRANS/IMP.AGR	0,72
AUTOPECAS	0,23
METALURGIA	5,50
PRODUTOS DE USO PESSOAL E DE LIMPEZA	0,42
ALIMENTOS	0,73
PETROLEO	25,09
TRANSPORTE AEREO	1,22
ENERGIA ELETRICA	7,85
GÁS	0,72
BANCOS	39,84
PAPEL E CELULOSE	4,03
VALORES A RECEBER	0,44
TAXAS DIFERIDAS	0,00

**Anexo C – Prospecto do Fundo BB Ações Índice de Sustentabilidade
Empresarial**

BB AÇÕES ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO EM AÇÕES
CNPJ 06.349.816/0001-01

PROSPECTO

AS INFORMAÇÕES CONTIDAS NESSE PROSPECTO ESTÃO EM CONSONÂNCIA COM O REGULAMENTO DO FUNDO, PORÉM NÃO O SUBSTITUI. É RECOMENDADA A LEITURA CUIDADOSA TANTO DESTES PROSPECTO QUANTO DO REGULAMENTO, COM ESPECIAL ATENÇÃO PARA AS CLÁUSULAS RELATIVAS AO OBJETIVO E À POLÍTICA DE INVESTIMENTO DO FUNDO, BEM COMO AS DISPOSIÇÕES DO PROSPECTO QUE TRATAM DOS FATORES DE RISCO A QUE ESTE ESTÁ EXPOSTO.

ESTE PROSPECTO FOI PREPARADO COM AS INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS AO ATENDIMENTO DAS NORMAS EMANADAS DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS – CVM, BEM COMO DAS DISPOSIÇÕES DO CÓDIGO DE AUTO-REGULAÇÃO DA ANBID PARA A INDÚSTRIA DE FUNDOS DE INVESTIMENTO.

A CONCESSÃO DE REGISTRO PARA VENDA DE COTAS DESTES FUNDOS NÃO IMPLICA, POR PARTE DA CVM – COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS E DA ANBID, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU DE ADEQUAÇÃO DO REGULAMENTO DO FUNDO OU DO SEU PROSPECTO À LEGISLAÇÃO VIGENTE OU JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DO FUNDO OU DE SEU ADMINISTRADOR, GESTOR E DEMAIS PRESTADORES DE SERVIÇOS.

APLICAÇÕES EM FUNDOS DE INVESTIMENTO APRESENTAM RISCOS PARA O INVESTIDOR. AINDA QUE O GESTOR DA CARTEIRA MANTENHA SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS, NÃO HÁ GARANTIA DE COMPLETA ELIMINAÇÃO DA POSSIBILIDADE DE PERDAS PARA O FUNDO E PARA O INVESTIDOR.

ESTE FUNDO UTILIZA ESTRATÉGIAS COM DERIVATIVOS COMO PARTE INTEGRANTE DE SUA POLÍTICA DE INVESTIMENTO. TAIS ESTRATÉGIAS, DA FORMA COMO SÃO ADOTADAS, PODEM RESULTAR EM SIGNIFICATIVAS PERDAS PATRIMONIAIS PARA SEUS COTISTAS.

CLASSIFICAÇÃO

CVM - FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO EM AÇÕES
ANBID - AÇÕES OUTROS

A RENTABILIDADE OBTIDA NO PASSADO NÃO REPRESENTA GARANTIA DE RENTABILIDADE FUTURA.

O FUNDO DE INVESTIMENTO DE QUE TRATA ESTE PROSPECTO NÃO CONTA COM GARANTIA DO ADMINISTRADOR DO FUNDO, DO GESTOR DA CARTEIRA, DE QUALQUER MECANISMO DE SEGURO OU, AINDA, DO FUNDO GARANTIDOR DE CRÉDITO - FGC.

O PAGAMENTO DOS RESGATES SERÁ EFETUADO EM ATÉ QUATRO DIAS ÚTEIS CONTADOS A PARTIR DO DIA ÚTIL SEGUINTE AO DO PEDIDO DE CADA RESGATE.

O PAGAMENTO DOS RESGATES SERÁ EFETUADO EM ATÉ QUATRO DIAS ÚTEIS CONTADOS A PARTIR DO DIA ÚTIL SEGUINTE AO DO PEDIDO DE CADA RESGATE.

Rio de Janeiro, 24 de janeiro de 2007

I - BASE LEGAL: O **BB AÇÕES ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO EM AÇÕES**, CNPJ 06.349.816/0001-01 é regido por seu Regulamento, pela Instrução CVM 409/04 e alterações posteriores e demais disposições legais e regulamentares a ele aplicáveis.

II – PÚBLICO ALVO: O **FUNDO** destina-se a Investidores, clientes do Banco do Brasil, que desejam aplicar seus recursos no mercado acionário e ter rentabilidade próxima a do ISE-Índice de Sustentabilidade Empresarial, divulgado pela BOVESPA.

III – METAS E OBJETIVOS: O **FUNDO** tem como objetivo aplicar seus recursos em cotas de fundos de investimento, a seguir denominados FI, que apresentem carteira formada por ações emitidas por empresas que apresentem um ambiente de investimento compatível com as demandas de desenvolvimento sustentável da sociedade contemporânea e que estimule a responsabilidade corporativa, considerando aspectos de governança corporativa, eficiência econômica, equilíbrio ambiental e justiça social. O **FUNDO** comporá uma carteira de ativos, cuja rentabilidade bruta reflita o comportamento da carteira teórica do ISE-Índice de Sustentabilidade Empresarial.

IV- POLÍTICA DE INVESTIMENTO/FAIXA DE ALOCAÇÃO DE ATIVOS: Para alcançar seus objetivos, o **FUNDO** deverá se utilizar dos instrumentos abaixo descritos:

Composição da Carteira	Mínimo	Máximo
Cotas de fundos de investimento em ações	95%	100%
Títulos públicos federais	0%	5%
Outros limites em relação ao Patrimônio Líquido		
1) Aplicação em cotas de um único fundo de investimento	0%	100%
2) Aplicação em cotas de fundos de investimento administrados pela ADMINISTRADORA	0%	100%

Os FI poderão atuar no mercado de contrato futuro de Ibovespa para proteger parte de seu patrimônio ou para reproduzir uma posição em ações com a parcela de sua carteira que estiver direcionada para ativos de renda fixa, sendo vedada a exposição, a esses mercados, superior ao patrimônio líquido.

V- PROCESSO DE ANÁLISE E SELEÇÃO DE ATIVOS - A **BB-DTVM** possui área especializada, destinada a analisar e acompanhar as empresas emissoras dos ativos que irão compor a carteira dos fundos de investimento que administra. Essa equipe se utiliza da análise fundamentalista para efetuar tais avaliações. As decisões de investimento são tomadas a nível de colegiado, composto pelos principais executivos da empresa.

Os títulos e valores mobiliário, bem como outros ativos financeiros integrantes da carteira do **FUNDO**, exceto cotas de fundos de investimento, serão devidamente custodiados, registrados em contas de depósitos específicas, abertas em nome do **FUNDO**, em sistemas de registro e de liquidação financeira de ativos autorizados nos termos da legislação vigente.

VI. RELAÇÃO DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS:

(a) Administrador/Gestor

A carteira do **FUNDO** é gerida e administrada pela **BB Administração de Ativos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.** com sede na Praça XV de Novembro nº 20, 2º e 3º andares, Centro, Rio de Janeiro(RJ), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 30.822.936/0001-69.

Ao gerir a Carteira, o Gestor deve desempenhar suas funções de modo a atender da melhor forma os objetivos de investimento dos cotistas, com a diligência e cuidado que costuma dispensar ao administrar os seus próprios negócios e de acordo com a regulamentação vigente. A atividade do Gestor consiste na compra e venda de títulos e valores mobiliários em nome do **FUNDO**, de acordo com os objetivos e a Política de Investimento estabelecidos no Regulamento. O Gestor, atualmente, é responsável pela gestão de carteiras de valores mobiliários de fundos de investimento de diversas espécies e pela gestão de carteiras de títulos e valores mobiliários de titularidade de outros que não fundos de investimento.



- (b) *Custódia/Controle e Processamento de Títulos, Valores Mobiliários e Demais Ativos Financeiros:*
BB Administração de Ativos - DTVM S.A.
- (c) *Distribuição / Registro escritural de cotas / Tesouraria:*
Banco do Brasil S.A.
- (d) *Auditor Independente*
KPMG Auditores Independentes – CNPJ 57.755.217/0001-29

VII – APRESENTAÇÃO DO ADMINISTRADOR/GESTOR: Com sede no Rio de Janeiro e filial em São Paulo, a BB Administração de Ativos – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A – BB DTVM foi criada em 1986, como subsidiária integral do Banco do Brasil. Autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM a prestar serviços de administração de carteiras (Ato Declaratório nº 1481, de 13/08/90), a BB DTVM alia segurança, experiência e alta tecnologia aos mais modernos conceitos de ferramentas de administração de ativos do mercado.

Por ter autonomia administrativa, a BB DTVM possui Conselho de Administração e Diretoria próprios, contando com estrutura organizacional voltada para o atendimento das necessidades dos Investidores e áreas especializadas de atividades de gestão e desenvolvimento de produtos.

A gestão dos recursos do FUNDO é constituída por equipes técnicas especializadas das áreas de investimentos, macroeconomia, pesquisa e análise de empresas, marcação a mercado, liquidação e custódia e back-office.

A BB DTVM dispõe, também, de uma equipe de Compliance que, entre outras atribuições, está a de monitorar as operações do FUNDO e a sua aderência à política de Investimento estabelecida no regulamento. No entanto, para eliminar conflitos de interesse e aumentar a transparência para os Investidores, a gestão do risco de mercado a que estão expostos os ativos está a cargo do Banco do Brasil.

Uma marca cada vez mais forte no mercado de fundos de Investimento, a BB DTVM disponibiliza soluções em gestão de recursos de terceiros que atendem a pessoas físicas, empresas, setor público, Investidores Institucionais e Investidores estrangeiros.

A BB Administração de Ativos – BB DTVM é sinônimo de excelência na administração de recursos de terceiros por meio da gestão dos ativos que compõem os fundos de Investimento. Este conceito de excelência, o rating MQ1, foi atribuído em 2006 pela Moody's, uma das principais agências de classificação de risco do mundo. O relatório da Moody's destaca o excelente ambiente de gestão e de controle da BB DTVM.

VIII - TAXAS E DESPESAS: A taxa de administração é de 2% (dois por cento) ao ano, calculada e cobrada por dia útil, sobre o patrimônio líquido, à razão de 1/252 dias. O valor das cotas e a rentabilidade do FUNDO são divulgados já descontada a taxa de administração. Este FUNDO pode aplicar seus recursos em cotas de fundos de Investimento que cobrem taxa de administração anual de 0,5%, sendo o custo máximo para o cotista, a título de taxa de administração de 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento). Atualmente, não há cobrança de taxas de performance, de Ingresso ou de saída, no FUNDO e nos Fundos Investidos.

Além da remuneração, descrita acima, são encargos que podem ser atribuídos aos fundos de Investimento:

- a) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre bens direitos e obrigações;
- b) despesas com registro de documentos em cartório, Impressão, expedição e publicação de relatórios e informações periódicas previstos na regulamentação pertinente;
- c) despesas com correspondência de Interesse do FUNDO, inclusive comunicações aos cotistas;

- d) honorários e despesas do auditor Independente;
- e) emolumentos e comissões pagas por operações do FUNDO;
- f) honorários de advogado, custas e despesas processuais correlatas, incorridas em razão de defesa dos interesses do FUNDO, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, se for o caso;
- g) parcela de prejuízos não coberta por apólices de seguro e não decorrente diretamente de culpa ou dolo dos prestadores de serviços de administração no exercício de suas respectivas funções;
- h) despesas relacionadas, direta ou indiretamente, ao exercício de direito de voto do FUNDO pelo administrador ou por seus representantes legalmente constituídos, em assembleias gerais das companhias nas quais o FUNDO detenha participação;
- i) despesas com custódia e liquidação de operações com títulos e valores mobiliários, ativos financeiros e modalidades operacionais.
- j) despesas com fechamento de câmbio, vinculadas a operações ou com certificados ou recibos de valores mobiliários.

IX – CONDIÇÕES DE COMPRAS/RESGATE DE COTAS: As emissões de cotas serão efetuadas pelo valor da cota apurado no fechamento do dia útil subsequente ao da data da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelos investidores à ADMINISTRADORA ou instituições intermediárias, observado o horário limite, atualmente, de 23 horas, horário de Brasília.

As cotas do FUNDO não possuem prazo de carência. Os resgates de cotas serão efetuados pelo valor da cota apurado no fechamento do dia útil subsequente à data do recebimento do pedido pela ADMINISTRADORA ou instituições intermediárias, observado o horário limite, atualmente, de 23 horas, horário de Brasília. O crédito do resgate será efetuado na conta-corrente ou conta Investimento dos cotistas mantida no Banco do Brasil, até o quarto dia útil da data do pedido do resgate.

X - REGRAS DE MOVIMENTAÇÃO

<i>Aplicação inicial</i>	<i>R\$ 200,00</i>
<i>Aplicação subsequente</i>	<i>R\$ 200,00</i>
<i>Resgate</i>	<i>R\$ 200,00</i>
<i>Saldo</i>	<i>R\$ 200,00</i>

Não é admitido que o FUNDO apresente apenas um cotista. No entanto, eventualmente, tal fato poderá ocorrer, o que não caracterizará o Fundo como exclusivo, devendo a situação ser regularizada na forma da legislação pertinente.

Valores inferiores ao saldo mínimo serão automaticamente resgatados, sendo creditados em conta corrente ou conta Investimento, conforme o caso.

Em casos excepcionais de iliquidez dos ativos componentes da carteira, inclusive em decorrência de pedidos de resgates incompatíveis com a liquidez existente, ou que possam implicar alteração do tratamento tributário do FUNDO ou do conjunto dos cotistas, em prejuízo destes últimos, o administrador poderá declarar o fechamento do FUNDO para a realização de resgates, sendo obrigatória a convocar Assembleia Geral Extraordinária, no prazo máximo de 1 (um) dia, para deliberar, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data do fechamento para resgate, sobre as seguintes possibilidades:

- I – substituição do administrador, do gestor ou de ambos;
- II – reabertura ou manutenção do fechamento do FUNDO para resgate;
- III – possibilidade do pagamento de resgate em títulos e valores mobiliários;
- IV – cisão do FUNDO; e
- V – liquidação do FUNDO.

É facultado ao administrador suspender, a qualquer momento, novas aplicações no FUNDO, desde que tal suspensão se aplique indistintamente a novos investidores e cotistas atuais.

A suspensão do recebimento de novas aplicações em um dia não impede a reabertura posterior do FUNDO para aplicações.

O FUNDO deve permanecer fechado para aplicações enquanto perdurar o período de suspensão de resgates.

XI - POLÍTICA DE DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS: O FUNDO incorpora ao patrimônio todos os rendimentos auferidos por seus ativos.

XII - FATORES DE RISCO: Os ativos que compõem a carteira do FUNDO estão por sua própria natureza, sujeitos a flutuações de preços/cotações do mercado, aos riscos de crédito e liquidez e a variações de preços e cotações, o que pode acarretar perda patrimonial ao FUNDO e, conseqüentemente, aos seus cotistas, não sendo o Administrador responsável por qualquer depreciação dos bens da Carteira, ou por eventuais prejuízos em caso de liquidação do FUNDO ou resgate de cotas. Antes de tomar a decisão de investimento, os potenciais investidores devem considerar cuidadosamente todas as informações disponíveis neste Prospecto e, em particular, avaliar os fatores de risco descritos a seguir.

a) Risco de Mercado

O valor dos ativos que integram a Carteira do FUNDO podem aumentar ou diminuir de acordo com as flutuações de preços e cotações de mercado, as taxas de juros e os resultados das empresas cujos valores mobiliários por elas emitidos compõem a Carteira, sendo que, em caso de queda do valor desses ativos, o patrimônio líquido do FUNDO pode ser afetado negativamente, devendo também ser observada, principalmente, a possibilidade de ocorrência de índice negativo de inflação. A queda dos preços dos ativos integrantes da carteira pode ser temporária, não existindo, no entanto, garantia de que não se estenda por períodos longos e/ou indeterminados.

b) Risco de Liquidez

Consiste no risco de o FUNDO, independente da estabilidade dos mercados, não estar apto a efetuar, dentro do prazo máximo estabelecido no Regulamento, pagamentos relativos a resgates de cotas, em decorrência do grande volume de solicitações de resgate e/ou outros fatores que acarretem na falta de liquidez dos mercados nos quais os ativos integrantes da carteira são negociados, podendo tal situação perdurar por período indeterminado.

c) Risco Proveniente do uso de Derivativos

Os preços dos contratos de derivativos são influenciados por diversos fatores, independentemente da variação do ativo objeto. Dessa forma, operações com derivativos podem ocasionar perdas para o FUNDO e, conseqüentemente, para seus cotistas.

d) Risco de Taxa de Juros

Alterações políticas e econômicas podem afetar as taxas de juros praticadas, podendo acarretar fortes oscilações nos preços dos ativos que compõem a carteira, impactando significativamente a rentabilidade do FUNDO.

e) Risco de Crédito

Consiste no risco de os emissores dos títulos/valores mobiliários de renda fixa que integram ou que venham a integrar a carteira não cumprirem suas obrigações de pagar tanto o principal como os respectivos juros de suas dívidas para com o FUNDO.

f) Risco Sistemico

Provém de alterações econômicas de forma geral e que podem afetar todos os investimentos, não podendo ser reduzido através de uma política de diversificação adotada pelo gestor da carteira.

XIII – GERENCIAMENTO DE RISCOS: A BB ADMINISTRAÇÃO DE ATIVOS – DTVM S A, possui uma equipe especializada no controle de risco dos recursos administrados. Essa equipe monitora diariamente o cumprimento da política de investimento do FUNDO, utilizando-se de conceituados softwares de gerenciamento para medir, monitorar, simular e reestruturar o risco do FUNDO, tornando mais eficiente a alocação de recursos do FUNDO. Ainda que o gestor da carteira mantenha sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para os cotistas.



A política utilizada pela ADMINISTRADORA para gerenciar os riscos a que o FUNDO e seus cotistas estão sujeitos, não constitui garantia contra eventuais perdas patrimoniais que possam ser incorridas pelo FUNDO e/ou pelo seus cotistas, especialmente em situações anormais de mercado, quando a referida política de gerenciamento de risco pode ter sua eficiência reduzida.

XIV – TRIBUTAÇÃO: Os rendimentos auferidos pelos cotistas serão tributados em 15% pelo imposto de Renda, no resgate, na forma da legislação vigente.

No pagamento de alguns encargos do FUNDO incidirá CPMF, à alíquota vigente.

XV - POLÍTICA RELATIVA AO EXERCÍCIO DE DIREITO DE VOTO: O FUNDO não adotará política de voto pela ADMINISTRADORA em assembleias gerais de companhias, tendo em vista a natureza dos seus investimentos

XVI - POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES DO FUNDO: Para acompanhamento das atividades do FUNDO a ADMINISTRADORA se obriga a:

- (a) remeter, mensalmente, extrato de conta, exceto para os cotistas que se manifestarem expressamente contrários ao recebimento;
- (b) disponibilizar, aos cotistas, nas agências do Banco do Brasil e no endereço eletrônico www.bb.com.br, informações sobre (I) rentabilidade, (II) valor e composição da carteira, no prazo de até dez dias contados do encerramento do mês a que se referirem;
- (c) disponibilizar, diariamente aos cotistas, valor da cota e do patrimônio líquido;
- (d) disponibilizar, aos cotistas, as demonstrações contábeis devidamente auditadas, no prazo de 90 (noventa) dias após o encerramento do período;

A composição da carteira será divulgada nas agências do Banco do Brasil e no endereço eletrônico mantido na rede mundial de computadores, contemplando a classe dos ativos, sua quantidade, valor e percentual em relação ao patrimônio líquido do FUNDO.

Informações sobre exercícios anteriores deverão ser solicitadas diretamente pelo cotista ou por seu representante legal, junto à sua agência de relacionamento, com antecedência de 03 dias úteis.

Informações a demais interessados, inclusive as relativas à composição da carteira, poderão ser disponibilizadas, a critério da ADMINISTRADORA, no endereço eletrônico de que trata o inciso (b) acima

XVII – ATENDIMENTO AOS COTISTAS: Para acompanhamento das atividades do FUNDO e decisão de manutenção do investimento, a ADMINISTRADORA disponibilizará, nas agências do Banco do Brasil e no portal www.bb.com.br, informações sobre rentabilidade, valor e composição da carteira, cópia do regulamento do FUNDO, prospectos e extratos de movimentações dos cotistas, balanço anual e parecer da auditoria independente.

Central de Atendimento BB:
Capitais e Regiões Metropolitanas - 4004 0001
Demais localidades - 0800 729 0001

**Anexo D – Regulamento do Fundo BB Ações Índice de Sustentabilidade
Empresarial**

**REGULAMENTO DO
BB AÇÕES ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM
COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO EM AÇÕES**

CNPJ 06.349.816/0001-01

CAPÍTULO I – DO FUNDO

Art. 1º - O **BB AÇÕES ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO EM AÇÕES**, doravante designado, abreviadamente, **FUNDO**, regido pelo presente regulamento e demais disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis, é constituído sob a forma de condomínio aberto e com prazo de duração indeterminado.

Art. 2º - O **FUNDO** tem como objetivo aplicar seus recursos em cotas de fundos de investimento, a seguir denominados **FI**, que apresentem carteira formada por ações emitidas por empresas que apresentem um ambiente de investimento compatível com as demandas de desenvolvimento sustentável da sociedade contemporânea e que estimule a responsabilidade corporativa, considerando aspectos de governança corporativa, eficiência econômica, equilíbrio ambiental e justiça social.

CAPÍTULO II – DO PÚBLICO ALVO

Art. 3º - O **FUNDO** destina-se a receber aplicações de pessoas físicas, jurídicas e clientes do Banco do Brasil em geral que desejem investir em ações emitidas por empresas com o perfil acima descrito e que possuam tolerância ao risco e à volatilidade desse tipo de investimento.

CAPÍTULO III – DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 4º - O **FUNDO** é administrado pela **BB ADMINISTRAÇÃO DE ATIVOS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, sediada no Rio de Janeiro - RJ, à Praça XV de Novembro, nº 20, 2º e 3º andares, inscrita no CNPJ sob o nº 30.822.936/0001-69, devidamente credenciada pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários como prestadora de serviços de Administração de Carteiras, doravante abreviadamente designada **ADMINISTRADORA**.

Art. 5º - A **ADMINISTRADORA** é responsável pela Gestão da carteira e Custódia do **FUNDO**.

Art. 6º - A **ADMINISTRADORA**, observadas as limitações legais e regulamentares, tem poderes para praticar todos os atos necessários à administração da carteira do **FUNDO**, bem como para exercer todos os direitos inerentes aos ativos que a integram, inclusive a contratação de terceiros legalmente habilitados para prestação de serviços relativos às atividades do **FUNDO**.

Art. 7º - A taxa de administração do **FUNDO** é de 2% (dois por cento) ao ano, incidente sobre o patrimônio líquido, calculada e cobrada por dia útil, à razão de 1/252.

Parágrafo Único - Este **FUNDO** poderá aplicar seus recursos em cotas de fundos de investimento que cobrem taxa de administração anual de 0,5%, sendo o custo total para o cotista, a título de taxa de administração, de 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) ao ano.

Art. 8º - Não há cobrança de taxas de performance, de ingresso ou de saída no **FUNDO** e nos fundos investidos.

CAPÍTULO IV – DO OBJETIVO E DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO

Art. 9º - Para alcançar seus objetivos o **FUNDO** irá se utilizar dos instrumentos abaixo descritos:

Composição da Carteira	Mínimo	Máximo
1) Cotas de fundo de investimento em ações	95%	100%
2) Títulos públicos federais	0%	5%
Outros Limites em relação ao Patrimônio Líquido	Mínimo	Máximo
1) Aplicação em cotas de um mesmo fundo de investimento	0%	100%
2) Aplicação em cotas de fundos de investimento administrados pela ADMINISTRADORA	0%	100%

Parágrafo 1º - Os FI poderão atuar no mercado de contrato futuro de Ibovespa para proteger parte de seu patrimônio ou para reproduzir uma posição em ações com a parcela de sua carteira que estiver direcionada para ativos de renda fixa, sendo vedada a exposição a esses mercados superior ao patrimônio líquido.

Parágrafo 2º - O cumprimento pela ADMINISTRADORA da política de investimento do FUNDO não representa para os cotistas garantia de rentabilidade ou, de qualquer forma, assunção dos riscos inerentes aos ativos componentes da carteira do FUNDO ou de eventuais prejuízos oriundos da desvalorização desses.

Parágrafo 3º - Os resultados obtidos pela variação diária do preço dos ativos componentes da carteira, o recebimento de dividendos, bem como de quaisquer outros proventos recebidos impactarão o valor da cota do FUNDO.

Parágrafo 4º - A ADMINISTRADORA, bem como os fundos de investimento e carteiras por ela administrados ou pessoas a ela ligadas, poderão atuar como contraparte em operações realizadas pelo FUNDO.

Art. 10 - A rentabilidade do FUNDO é função do valor de mercado dos ativos que compõem sua carteira. Esses ativos apresentam alterações de preço, o que configura a possibilidade de ganhos, mas também de perdas. Dessa forma, eventualmente, poderá haver perda do capital investido, não cabendo à ADMINISTRADORA, nem ao Fundo Garantidor de Crédito - FGC, garantir qualquer rentabilidade ou o valor originalmente aplicado. Os ativos que compõem a carteira do FUNDO e dos FI sujeitam-se, em especial, aos seguintes riscos:

a) Risco de Mercado

O valor dos ativos que integram a Carteira do FUNDO podem aumentar ou diminuir de acordo com as flutuações de preços e cotações de mercado, as taxas de juros e os resultados das empresas cujos valores mobiliários por elas emitidos compõem a Carteira, sendo que em caso de queda do valor desses ativos, o patrimônio líquido do FUNDO pode ser afetado negativamente, devendo também ser observada, ainda, a possibilidade de ocorrência de índice negativo de inflação. A queda dos preços dos ativos integrantes da carteira pode ser temporária, não existindo, no entanto, garantia de que não se estenda por períodos longos e/ou indeterminados.

b) Risco de Liquidez

Consiste no risco de o FUNDO, independente da estabilidade dos mercados, não estar apto a efetuar, dentro do prazo máximo estabelecido no Regulamento, pagamentos relativos a resgates de cotas, em decorrência do grande volume de solicitações de resgate e/ou outros fatores que acarretem na falta de liquidez dos mercados nos quais os ativos integrantes da Carteira são negociados, podendo tal situação perdurar por período indeterminado.

c) Risco Proveniente do uso de Derivativos

Os preços dos contratos de derivativos são influenciados por diversos fatores, independentemente da variação do ativo objeto. Dessa forma, operações com derivativos podem ocasionar perdas para o FUNDO e, conseqüentemente, para seus cotistas.

d) Risco de Taxa de Juros

BB AÇÕES ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL FIC FIA

Alterações políticas e econômicas podem afetar as taxas de juros praticadas, podendo acarretar fortes oscilações nos preços dos ativos que compõem a carteira, impactando significativamente a rentabilidade do FUNDO.

e) Risco de Crédito

Consiste no risco de os emissores dos títulos/valores mobiliários de renda fixa que integram ou que venham a integrar a Carteira não cumprirem suas obrigações de pagar tanto o principal como os respectivos juros de suas dívidas para com o FUNDO.

f) Risco Sistêmico

Provém de alterações econômicas de forma geral e que podem afetar todos os investimentos, não podendo ser reduzido através de uma política de diversificação adotada pelo gestor da carteira.

Parágrafo Único - A política utilizada pela ADMINISTRADORA para gerenciar os riscos a que o FUNDO e seus cotistas estão sujeitos, não constitui garantia contra eventuais perdas patrimoniais que possam ser incorridas pelo FUNDO e/ou pelo seus cotistas, especialmente em situações anormais de mercado, quando a referida política de gerenciamento de risco pode ter sua eficiência reduzida.

CAPÍTULO V – DA EMISSÃO E DO RESGATE DE COTAS

Art. 11 – As cotas do FUNDO não possuem prazo de carência, podendo os cotistas solicitarem o resgate total ou parcial das mesmas, a qualquer tempo.

Art. 12 - O valor da cota é calculado por dia útil, independente de feriado de âmbito estadual ou municipal na sede da ADMINISTRADORA, com base em avaliação patrimonial que considere o valor de mercado dos ativos integrantes da carteira.

Art. 13 - As aplicações serão efetuadas pelo valor da cota apurado no fechamento do dia útil subsequente ao da data da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelos investidores à ADMINISTRADORA ou instituições intermediárias, desde que observado o horário constante no prospecto do FUNDO.

Art. 14 - Os resgates de cotas serão efetuados pelo valor da cota apurado no fechamento do dia útil subsequente à data do recebimento do pedido pela ADMINISTRADORA ou instituições intermediárias, desde que observado o horário constante no prospecto do FUNDO.

Art. 15 - O crédito do resgate será efetuado na conta-corrente ou conta-investimento dos cotistas, até o quarto dia útil seguinte ao do pedido de resgate.

Parágrafo 1º - Os pedidos de aplicação e resgate serão processados normalmente, ainda que em dia de feriado municipal ou estadual no local da sede da ADMINISTRADORA.

Parágrafo 2º - É devida pela ADMINISTRADORA, multa de meio por cento ao dia sobre o valor do resgate, caso seja ultrapassado o prazo para o crédito estabelecido no *caput*, à exceção do disposto no artigo 17 abaixo.

Art. 16 - É vedada a cessão ou transferência das cotas do FUNDO, exceto por decisão judicial, execução de garantia ou sucessão universal.

Art. 17 - Em casos excepcionais de iliquidez dos ativos componentes da carteira do FUNDO, inclusive em decorrência de pedidos de resgate incompatíveis com a liquidez existente ou que possam implicar em alteração do tratamento tributário do FUNDO ou dos cotistas, em prejuízo destes, a ADMINISTRADORA poderá declarar o fechamento do FUNDO para resgate, devendo comunicar o fato à CVM e convocar Assembléia Geral Extraordinária para deliberar sobre as seguintes possibilidades:

- (a) substituição da ADMINISTRADORA, do Gestor ou de ambos;
- (b) reabertura ou manutenção do fechamento do FUNDO para resgate;

- (c) possibilidade do pagamento dos resgates em títulos e/ou valores mobiliários, e
- (d) cisão ou liquidação do FUNDO.

CAPÍTULO VI – ASSEMBLÉIA GERAL

Art. 18 – Compete privativamente à assembléia geral de cotistas deliberar sobre:

- (a) demonstrações contábeis
- (b) substituição do administrador, do gestor ou do custodiante
- (c) fusão, incorporação, cisão, transformação ou liquidação do FUNDO
- (d) aumento da taxa de administração
- (e) alteração da política de investimento
- (f) alteração de regulamento

Parágrafo Único – Este regulamento poderá ser alterado independentemente de assembléia geral, sempre que tal alteração decorrer exclusivamente do atendimento a exigência expressa da CVM, de adequação a normas legais ou regulamentares, ou ainda, em virtude de atualização dos dados cadastrais da ADMINISTRADORA, do gestor ou do custodiante.

Art. 19 – A convocação das assembléias será feita por correspondência encaminhada a cada cotista, com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data de sua realização.

Art. 20 – É admitida a possibilidade de a ADMINISTRADORA adotar processo de consulta formal aos cotistas, em casos que julgar necessário. Para tanto, deverá encaminhar correspondência para que cada cotista se manifeste sobre a matéria a ser deliberada. A ausência de resposta, será considerada como aprovação à matéria apresentada.

Art. 21 – Somente poderão votar nas assembléias, os cotistas inscritos no registro de cotistas na data da convocação da assembléia ou da correspondência de que trata o artigo 20 acima, seus representantes legais ou procuradores constituídos há menos de um ano.

Art. 22 – As demonstrações contábeis do FUNDO serão aprovadas em assembléia geral ordinária que se reunirá anualmente.

CAPÍTULO VII – INFORMAÇÕES A COTISTAS E DEMAIS INTERESSADOS

Art. 23 - Para acompanhamento das atividades do FUNDO a ADMINISTRADORA deverá:

- (a) remeter, mensalmente, extrato de conta, exceto para os cotistas que se manifestarem expressamente, contrários ao recebimento;
- (b) disponibilizar, aos cotistas, nas agências do Banco do Brasil e no endereço eletrônico www.bb.com.br, informações sobre (i) rentabilidade e (ii) valor e composição da carteira, no prazo de até dez dias contados do encerramento do mês a que se referirem;
- (c) disponibilizar, diariamente aos cotistas, o valor da cota e do patrimônio líquido;
- (d) disponibilizar, aos cotistas, as demonstrações contábeis, devidamente auditadas, no prazo de até 90 (noventa) dias após o encerramento do período.

Parágrafo 1º – A composição da carteira será divulgada contemplando a classe dos ativos, sua quantidade, valor e percentual em relação ao patrimônio líquido do FUNDO.

Parágrafo 2º - As informações relativas ao FUNDO serão encaminhadas ao titular das cotas constante no registro de cotistas.

Parágrafo 3º - Informações a demais interessados, inclusive as relativas à composição da carteira, poderão ser disponibilizadas, a critério da **ADMINISTRADORA**, no endereço eletrônico de que trata o inciso (b) acima.

CAPÍTULO VIII – DA TRIBUTAÇÃO

Art. 24 – Os rendimentos auferidos pelos cotistas serão tributados pelo Imposto de Renda, no resgate, na forma da legislação em vigor.

Art. 25 – No pagamento de alguns encargos do **FUNDO** incidirá CPMF, à alíquota vigente.

CAPÍTULO IX – ENCARGOS

Art. 26 - Constituem encargos que poderão ser debitados ao **FUNDO**, no que couber:

- a) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do **FUNDO**;
- b) despesas com o registro de documentos em cartório, impressão, expedição e publicação de relatórios, previstas na regulamentação pertinente;
- c) despesas com correspondência de interesse do **FUNDO**, inclusive comunicações aos cotistas;
- d) honorários e despesas do auditor independente;
- e) emolumentos e comissões pagas por operações do **FUNDO**;
- f) honorários de advogado, custas e despesas processuais correlatas, incorridas em razão de defesa dos interesses do fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, imputada ao **FUNDO**, se for o caso;
- g) parcela de prejuízos não coberta por apólices de seguro e não decorrente diretamente de culpa ou dolo dos prestadores dos serviços de administração no exercício de suas respectivas funções;
- h) despesas relacionadas, direta ou indiretamente, ao exercício de direito de voto de **FUNDO** pelo administrador ou por seus representantes legalmente constituídos, em assembleias gerais das companhias nas quais o **FUNDO** detenha participação;
- i) despesas com custódia e liquidação de operações com títulos e valores mobiliários, ativos financeiros e modalidades operacionais.
- j) despesas com fechamento de câmbio, vinculadas às suas operações ou com certificados ou recibos de valores mobiliários.

CAPÍTULO X – POLÍTICA RELATIVA AO EXERCÍCIO DE DIREITO DE VOTO

Art. 27 – O **FUNDO** não adotará política de voto pela **ADMINISTRADORA** em assembleias gerais de companhias, tendo em vista a natureza dos seus investimentos.

CAPÍTULO XI – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 28 - O exercício social do **FUNDO** compreende o período de 1º de outubro a 30 de setembro.

Art. 29 - Este regulamento subordina-se às exigências previstas na legislação vigente divulgada pela Comissão de Valores Mobiliários, em especial, à Instrução CVM 409 e alterações posteriores.

BB AÇÕES ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL F I C F I A

Art. 30 - Fica eleito o foro da cidade do Rio de Janeiro (RJ), com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para quaisquer ações nos processos judiciais relativos ao FUNDO ou a questões decorrentes deste Regulamento.

Rio de Janeiro, 24 de janeiro de 2007

BB ADMINISTRAÇÃO DE ATIVOS DTVM S A

Nélio Henriques Lima
Diretor Executivo

Anexo E – Questionário

Questionário

1) Como você tomou conhecimento do BB Ações Índice de Sustentabilidade Empresarial?

- através do site do Banco do Brasil
- através de funcionário do Banco do Brasil
- por indicação de amigo
- através da imprensa
- através do site da BOVESPA

2) Você se considera um consumidor que prioriza o consumo de produtos e serviços sócio-ambientalmente corretos?

- Sim
- Não
- Às vezes

3) Ao aplicar seus recursos financeiros no BB Ações Índice de Sustentabilidade Empresarial, você sabia que ele era um fundo composto por ações de empresas consideradas socialmente responsáveis?

- Sim
- Não

4) Você estaria disposto a abrir mão de parte de ganhos financeiros ao aplicar seus recursos num “fundo social”?

- Sim
- Não